



Poder Popular



TÊXTEIS proposta revolucionária

editorial

1. A presente fase de democracia burguesa limitada exige dos revolucionários uma capacidade de iniciativa política e uma audácia renovadas.

Capacidade de iniciativa e audácia políticas que apontam objectivos imediatos de luta justos ao movimento popular, subordinados a uma só bandeira de luta: as iniciativas dispersas nas diversas frentes de combate só ganham sentido revolucionário conseqüente quando convergem e engrõem a torrente única do movimento popular de massas dirigida para um só objectivo global.

A 8.ª Reunião Plenária do Comité Central do MES aponta essa bandeira de luta aos revolucionários, à classe operária e ao povo trabalhador do nosso país.

Sobre o nosso país e os destinos do nosso povo pesa, cada vez mais arrogante, a ingerência dos imperialistas americanos e europeus. A independência nacional está gravemente ameaçada e as aspirações de todo o povo a um futuro livre da exploração e opressão ensombradas pela política imperialista que tem inoperados servidores nos «socialistas» do Governo do dr. Soares.

O Imperialismo actua em Portugal apoiado nos fascistas que dia a dia crescem de exigências e ocupam os postos-chave nas Forças Armadas e mesmo na Administração civil. Os Pires Velosos, Soares Carneiro e Cia. que protegem os bombistas, insultam e atacam as conquistas revolucionárias do povo, não escondem mais a sua verdadeira face de antipatriotas prontos a servir os interesses dos inimigos da independência do Povo português.

A escandalosa chantagem do Imperialismo através dos empréstimos negociados com as suas agências económicas e financeiras completa o apertado colete de forças que envolve o nosso país, e encosta cada vez mais o Governo do PS a futuras alianças à direita, mais ou menos encapotadas. Continua na pag. 2

RESOLUÇÃO DA 8.ª REUNIÃO PLENÁRIA DO COMITÉ CENTRAL

RESISTÊNCIA POPULAR ACTIVA — POR UM GOVERNO DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL!

Revolucionários no Congresso Sindical

NÃO À CISÃO, NÃO AO PACTO SOCIAL

O Congresso dos Sindicatos, realizado em Lisboa, entre 27 e 30 de Janeiro, deu origem a um novo organismo sindical unitário, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, dotada de Estatutos próprios; aí foram aprovados outros importantes documentos, como o Programa de Acção Sindical, o Caderno Reivindicativo Imediato e uma proposta de Lei Sindical, além de ter sido eleito o Secretariado Nacional da C.G.T.P.-I.N. Mas para além da descrição dos passos mais importantes do debate que

ocorreu neste Congresso, interessa-nos sobretudo colocar as seguintes questões:

- Saiu ou não reforçada a unidade dos trabalhadores?
- Que significado político atribuiu o MES a este Congresso?
- Como se comportaram as diversas forças políticas em face e dentro do Congresso?
- O que é ainda preciso fazer para dotar os trabalhadores de um movimento sindical verdadeiramente combativo e democrático?

1. O Congresso foi uma vitória da unidade contra a cisão

Em primeiro lugar, o Congresso constitui já um importante marco na história do movimento operário português. Durante a I República, muitos foram os Congressos Operários que se realizaram; o último foi em 1925 e nele participaram 133 Sindicatos. Desde então e até ao 25 de Abril de 1974, assistiu-se à paralisação e ao silenciamento do movimento sindical, ao exercício permanente da violência repressiva do Estado fascista sobre as

classes trabalhadoras. Foram essas as condições para que, durante 48 anos, a burguesia enriquecesse e alargasse o processo de acumulação de capital. A Intersindical, à qual o MES está ligado desde a sua fundação em 1970, era a única organização sindical existente à data da Revolução de Abril. Contudo, o Congresso organizado pela Intersindical em 1975 esteve muito longe daquilo que era exigido para assegurar a unidade e a participação



activa das largas massas trabalhadoras em luta, o que se ficou a dever por inteiro ao ultra-sectarismo de que a tendência P.C.P. dominante na Inter deu então provas.

Quanto ao Congresso de 1977, ele atingiu dimensões mais vastas do que qualquer outra organização deste tipo. Apesar de não terem sido asseguradas muitas das condições que permitiriam uma representatividade directa e verdadeiramente democrática, o

certo é que cerca de 1.800.000 trabalhadores estiveram formalmente representados pelos 266 Sindicatos participantes. E apesar de em muitos locais os reformistas terem boicotado a discussão das teses apresentadas em Congresso, o certo é que o confronto de ideias e a crítica às posições da conciliação alcançou já vastas camadas de trabalhadores.

Continua na pag. 4

UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA

editorial

Continuação da pág. 1

A Resolução Política sobre a tática dos revolucionários, aprovada na 8.ª Reunião do Comité Central do MES, diz: «só abaixo de uma tática global e sob a bandeira de luta por um Governo que permita ligar solidamente os objectivos centrais da Resistência Popular Activa ao relançamento da ofensiva popular será possível barrar o caminho à direita e às suas alternativas de governo autoritário e de submissão ao imperialismo...»

Na actual situação política a resistência popular activa só pode ganhar sentido revolucionário se for conduzida abaixo da bandeira de luta por um Governo de Independência Nacional.

As mil e uma batalhas que a classe operária e o povo travam, nos sindicatos, nas empresas, nos campos e nos bairros, não são entendidas pelos revolucionários como escaramuças que, na melhor das hipóteses, sirvam para ir traficando conflituosamente as conquistas do povo a troco de lugares no aparelho do Estado burguês ou da moderação dos «apetites» da direita.

Nem tão pouco se trata de mero recuo, mais ou menos desorganizado, por parte das forças populares...

Essa é a política dos revisionistas, não é a política dos revolucionários! A política dos revolucionários é outra: organizar a resistência ao ataque da direita, unir todos os que podem e devem esmagar a ameaça fascista, a ingerência imperialista e a recuperação capitalista. Mas erguendo a bandeira de luta da Resistência Popular Activa no caminho da conquista de um Governo que verdadeiramente sirva os interesses do nosso povo!

2. Erguer a alternativa popular para a crise política e social que atravessa Portugal exige que se prossiga e alargue a Unidade Popular.

O MUP, organização política, unitária, popular e de massas é o meio decisivo nesta batalha pela unidade dos revolucionários e do povo. Da sua consolidação e expansão depende o êxito da política dos revolucionários. Nisto se empenha cada vez mais o MES, como tantas e tantas vezes tem dito.

Mas sem iniciativa política, sem audácia e confiança no projecto da Unidade Popular podemos deixar tudo a perder...

A nossa política de unidade tem de prosseguir firmemente para atingir os objectivos de finidos pelo nosso partido:

— transformar o MUP de estrutura especializada em intervenções eleitorais e exteriores à dinâmica real do movimento de massas numa organização dotada de capacidade de se ligar às massas e dirigir as suas lutas nos terrenos fundamentais;

— dar coesão e impulsionar a intervenção dos elementos sem partido, quer através de uma acção permanente de correcto debate ideológico no seio dos GDUP, quer agindo para pôr termo ao isolamento de cada GDUP no seio do MUP;

— levar à adopção pelo MUP de objectivos correctos de luta nas diversas frentes de trabalho político, caminho do reforço da alternativa popular e revolucionária no movimento popular...

Por outro lado, a edificação da corrente revolucionária no movimento sindical português deu passos importantes na preparação e realização do Congresso de Todos os Sindicatos.

Demarcada do reformismo em torno de um Programa claro de luta apresentado pelo Sindicato dos Têxteis do Sul, de que o Congresso adoptou aspectos essenciais, importa avançar no seio do movimento sindical, dando combate taca-a-taca ao reformismo conciliador e ao esquerdismo.

O movimento sindical é o mais sólido bastião da Resistência Popular Activa e urge dotá-lo de uma direcção consequente.

Há forças e estão reunidas as condições para se avançar, lenta mas seguramente nesse caminho!

3. Condição insubstituível para o êxito da nossa política é o prosseguimento firme da construção partidária.

A I Conferência Nacional de Quadros, que levámos a cabo em meados de Dezembro pôde apontar ao Comité Central do MES, nas conclusões dos seus trabalhos, os objectivos fundamentais da construção partidária, que terá no III Congresso da organização a realizar este ano um marco fundamental.

Ligar cada vez mais a organização às massas, aplicar o centralismo democrático do topo à base e avançar na proletarianização do partido: eis as grandes metas que a I Conferência Nacional de Quadros discutiu e aprovou. A 8.ª Reunião do Comité Central deu-lhes força de resolução e definiu concretamente os passos fundamentais desse processo.

Aspecto que não é de somenos importância: as decisões acerca do nosso órgão central, o «Poder Popular».

Alargada a sua redacção e lançado o processo de reestruturação administrativa, o «Poder Popular» está de novo na rua, com periodicidade quinzenal. Uma organização nacional sólida e correspondentes está em marcha, dando-lhe a capacidade de cada vez mais eficazmente cumprir as suas grandes tarefas de agitador, propagandista político e organizador colectivo.

A 8.ª Reunião do Comité Central do MES chama, pois, todos os camaradas à luta pela aplicação e aprofundamento das principais conclusões da I Conferência Nacional de Quadros.

Esta luta não é fácil de travar vitoriosamente! Enfrentamos poderosas resistências internas que não se localizam de forma precisa nestes ou naqueles camaradas, antes dizem respeito ao peso da ideologia e hábitos pequeno-burgueses que importa derrotar: a luta de classes atravessa o partido.

Só no fogo do combate de classe, consagrando os máximos esforços à unidade, organização e luta do nosso povo, erguendo a Resistência Popular Activa no caminho da conquista de um Governo de Independência Nacional, o MES prosseguirá a marcha firme da construção partidária, da unidade dos comunistas e revolucionários.

PS EM CRISE

Acertar o passo com figurinos externos

O PS atravessa internamente profundas convulsões, facto que assume particular importância visto ser o partido de Governo — logo tudo quanto lhe diga respeito se reflecte na política que o Governo deste País faz.

O ser Governo, está aliás na base desta actual agudização de contradições.

Como oposição, o PS engrandecia-se com as suas próprias contradições — eram «diversidade vivificante», «prova de pluralismo».

Como Governo, o PS não pode furtar-se por mais tempo a uma prova difícil — confrontar a teoria com a prática; o que significa: confrontar o seu programa e, as suas «tiradas» da democracia em liberdade com uma prática de governação.

Nesta situação já a diversidade não é «vivificante», mas «indisciplinada» de raiz trotskista. E o pluralismo transforma-se em obreirismo anarquizante a abater.

A necessidade de «unir o partido» e de «garantir todo o apoio ao Governo» serve de pretexto para esquecer os tão apregoados ideais pluralistas e resolver contradições políticas através dos métodos administrativos (que muitos não hesitam em classificar de estalinistas) da censura, do processo e da expulsão.

Estes processos nunca levaram a unidade a nenhum partido. E hoje é notório o mal-estar no PS, onde se sucedem as demissões e onde os núcleos de empresa e de juventude, bem como os secretariats e grupos de trabalho mais variados bombardeiam com comuni-

cados uma direcção cada vez mais contestada.

AS RAZÕES DA CRISE

As actuais dificuldades do PS não são fruto do acaso, mas resultado da política que aplica, do projecto que prossegue, das dependências internacionais que cultiva.

O PS aplica uma política: é a lei dos despedimentos, é o «encorajamento aos investidores» (leia-se cedências à CIP), são os despejos e o aumento do custo de vida, é a paralisação da Reforma Agrária e as desocupações, é o endividamento externo e a dependência cada vez maior em relação à NATO, ao imperialismo americano e ao subimperialismo alemão.

O PS prossegue um projecto: reforma do capitalismo a partir de uma determinada relação de equilíbrio entre as forças do capital e do trabalho que negociaram um contrato de progresso e colaboração.

Este projecto, que noutros países (defendido pelos PS respectivos) assume um carácter de esquerda visto referir-se a realidades sociais onde as forças do capital são confortavelmente dominantes é, para Portugal, um projecto de direita pois representa retrocesso em relação a uma situação onde as conquistas dos trabalhadores ao longo de dois anos de processo revolucionário abalaram os alicerces da dominação burguesa. Em Portugal, o projecto PS não significa reforma mas recuperação capitalista.



Métodos estalinistas sucedem-se ao tão apregoadado pluralismo...

O PS cultiva um esquema de dependências internacionais que se traduz num alinhamento com Estados Unidos e pela Europa (aqui sobretudo Alemanha).

O endividamento externo, a subserviência para com a NATO, as facilidades para com os interesses comerciais imperialistas (Coca-Cola, etc.) representam um alinhamento bem definido, que nada tem a ver com independência nacional.

Não admira que aqueles que alinharam o PS porque queriam o socialismo se sintam hoje traídos. Daí a crise, a «constestação trotskista»...

Os sectores mais activos são os mais críticos (empresas, juventude). Vale ao PS não ter eleições nos próximos tempos...

Entretanto a recomposição no PS tem vindo a harmonizá-lo com a política que aplica,

o projecto que prossegue, as dependências que cultiva. Por isso tem significado saneamento à esquerda e reforço das posições mais descaradamente direitistas. Abre-se assim o caminho a uma aproximação com os partidos da «direita não socialista».

Resta saber se os revolucionários saberão tirar partido da crise do PS, se saberão chamar a si os descententes, se conseguirão engrossar as suas próprias fileiras, se saberão unir e organizar todos quantos estão dispostos a lutar contra a recuperação capitalista que o PS propicia.

Ou se deixarão canalizar esse descententamento para novas e mais recuadas conciliações, pela mão de um PC que, à pressa, já se berlingueriza para qualquer emergência deste tipo.

FUNÇÃO PÚBLICA

Tirar as lições da luta



O Ministro conseguiu do Sindicato inesperado cancelamento da greve da Função Pública...

O Governo de Soares impôs aos trabalhadores da FP, sem discussão pelos órgãos representativos um aumento salarial de 15 por cento quando a proposta dos sindicatos de todo o País indicava 2000/300 para todos.

A seguir apresentou à Assembleia da República um projecto de alteração do horário de trabalho (36 horas para 40-45) reduzindo o aumento salarial para cerca de 4 por cento pelo acréscimo de tempo de trabalho. O Governo, além de negar, assim, um salário melhor à larga percentagem de TFP que têm salários de miséria, dá claramente a indicação de querer enviar para o desemprego ou para o quadro geral de adidos (60 por cento de ordenado); obrigação de aceitar colocação em qualquer ponto do País) uns milhares de trabalhadores, desnecessários aos serviços.

Face a esta política as direcções sindicais propõem como forma de luta contra os 15 por cento de aumento um abaixo-assinado à AR para que esta obrigue o Governo a rever o decreto. Abaixo-assinado esse, apresentado sem mais perspectivas de luta, como se a Ass. resolvesse os diferentes patrão-Estado/ trabalhadores, como se os TFP desvessem agora cruzar os braços e esperar que qualquer grupo parlamentar resolvesse por si só defender, «desinteressadamente» os seus interesses.

Quanto às 40 horas semanais as direcções sindicais esperam uma posição do Governo antes de avançar qualquer proposta alternativa. É caso para perguntar se as direcções querem continuar a esperar à iniciativa do Governo em tudo c. que diga respeito aos TFP? Estarão à espera que o patrão dê aos trabalhadores um instrumento de defesa fundamental como pode ser um CCT? Ou preferirão aceitar um estatuto democrático da FP, substituído adequado à época, do RDM civil — Estatuto Disciplinar fascista? Querem as direcções sacrificar os interesses dos TFP através de arranjos de cúpula cujos lucros sejam para «majorias» que não têm nada a ver com esses mesmos trabalhadores?

Após a grande maioria dos deputados na Assembleia da República ter demonstrado de que lado estavam ao apoiar

um Governo que continua a manter os trabalhadores na miséria, as direcções sindicais propõem, mais uma vez sem consulta aos trabalhadores, um dia de paralisação como forma de protesto pelas medidas do Governo.

O Governo emitiu um comunicado anunciando as sanções a que, à luz do Estatuto Disciplinar fascista, os trabalhadores da Função Pública estão sujeitos se fizerem greve.

Em estílo do «antes do 25 de Abril», o Governo de Soares nem sequer considera os funcionários públicos como trabalhadores, mas sim, à moda de Salazar e Castano, «servidores do Estado» — espécie rara de trabalhadores de segunda, só com deveres e sem direitos...

A direcção sindical, mantém inicialmente a paralisação. Mas mantém também a falta de perspectiva para a luta, não ultrapassando o estado de desmobilização que ela própria criou ao remeter para a Assembleia da República as expectativas dos funcionários públicos, fazendo-os esquecer que só a sua força organizada pode obrigar o patrão-Estado a respeitar os seus direitos.

A direcção sindical revela total incapacidade para conduzir correctamente a luta e impedir que a paralisação seja um fracasso.

Uma forma correcta de luta não é o só porque recorrer à arma mais importante dos trabalhadores.

Sem uma prática sindical de mobilização e organização dos trabalhadores da Função Pública nos locais de trabalho; Sem a discussão prévia das formas de luta a adoptar em amplas assembleias de delegados sindicais e de trabalhadores, o recurso à paralisação pode revelar-se um fracasso.

Mas a direcção sindical depressa veio mostrar os seus verdadeiros intentos! «Inesperadamente», após negociações com o Governo e a troço de promessas vagas, a direcção recua na sua palavra de ordem.

Os revolucionários, que lutaram por levar por diante a jornada de luta de 15 de Fevereiro, têm que saber promover a discussão desta luta em assembleias de delegados sindicais e de trabalhadores. Urge tirar as lições da luta e da política conduzida pela direcção do Sindicato da Função Pública que tem aberto as portas, afinal, às medidas antipopulares do Governo.

O combate à política antipopular do Governo de Soares é inseparável do combate ao reformismo conciliador que desarma a luta dos trabalhadores.



Bairros da lata: A FORÇA ESTÁ NA INTER

A possibilidade de os trabalhadores que vivem em barracas poderem lutar abertamente por uma habitação a que têm direito, surge com o 25 de Abril. Organizando-se primeiro em comissões de moradores e mais tarde em cooperativas de habitação tomaram em suas mãos a condução do processo que só a eles diz respeito: a construção de casas decentes para todos nos locais onde vivem.

Na vanguarda deste processo estão os moradores dos Bairros Fonseca, Calçada, Covas, Torrinha e Bela Vista, unidos nas Cooperativas «25 de Abril» e «Unidade do Povo», cujo projecto prevê a construção de 650 fogos devendo os primeiros 82 estar prontos a partir de Setembro.

A obra de construção destes primeiros 82 fogos foi embarcada pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Auliano Ribeiro, segundo o parecer viciado de urbanização, no dia 18 de Janeiro. Irregularidades na infra-estrutura e existência de licença de construção, são os motivos invocados pela Câmara.

Mas quem fez e assinou as infra-estruturas e o plano de urbanização da obra? Foram os mesmos responsáveis da Câmara cujo parecer técnico ajudou a embargar a obra.

Há ou não há licença de construção? E quem a passou? Efectivamente existia uma licença de construção que foi passada pelo Fundo de Fomento de Habitação através da brigada do S. A. A. L. Mas estas brigadas do S. A. A. L. foram recentemente integradas na C. M. L. a qual devia ter passado nova licença, o que não fez até à data do embargo.

Então, quais são na realidade os motivos do embargo? Para além da burocracia dos serviços da Câmara e dos próprios burocratas reaccionários, é a vontade dos órgãos de poder de desmobilizar os moradores pobres desta luta assim como de lhes retirar o controlo de todo este proces-

so, que vai desde a escolha do terreno e do tipo de habitação, à construção e distribuição das casas.

A extinção das brigadas S. A. A. L. foi o primeiro passo e o embargo da obra de construção do novo Bairro Fonseca e Calçada, o segundo, de uma política habitacional que os moradores não reconhecem porque nela não participam, e assim, não pode defender os seus interesses.

Disto nos dão conta os camaradas António Silvestre, António Machado, João Cavaco e Estrela Dias, directores da Cooperativa «25 de Abril» numa entrevista concedida ao nosso jornal.

«Este boicote à dura luta que temos travado para conseguir levantar casas não só traz aos moradores prejuízos materiais, da ordem dos 100 contos diários, mas também nos tenta desmobilizar. Não somos só nós os atingidos, mas também os trabalhadores da Habitat, empresa em autogestão, com intervenção do Estado que ajudou a obra, que têm estado sempre ao nosso lado.»

Devido à estreita ligação entre as comissões de moradores, cooperativas e os moradores a resposta a este ataque reaccionário foi imediata. As direcções das cooperativas mantendo os moradores constantemente informados dos passos que iam dando, pressionaram os serviços camarários e tentaram furar a burocracia. De repartição em repartição, de serviço em serviço e perdendo dias de trabalho conseguiram enfim resolver os problemas e enaves burocráticos e foram então ter mais uma vez com o presidente da C. M. L. para que este, estando já tudo «evidentemente legalizado», fosse obrigado a levantar o embargo, o que fez não sem cinicamente ter reconhecido que «você foram persistentes».

Concerteza Sua Excelência pensava que os moradores ficavam à espera que ele (não) resolvesse os seus problemas. Mas enganou-se porque a luta

dos moradores não é de agora assim como é grande a sua experiência e sabem que para vencer os seus problemas é preciso lutar. E a luta que é agora pela defesa das conquistas já alcançadas e pela continuação das obras e que amanhã há-de ser pela aprovação do resto do projecto e pelo seu financiamento, é afinal de contas a luta contra a política habitacional do Governo que tenta destruir este processo não só nas Fonseca e Calçada, mas em todos os bairros pobres.

De facto este embargo faz parte de uma política já vem sendo praticada há mais de um ano e que embora atinja agora os moradores das Fonseca e das Calçada, mais tarde virá a atingir todos os moradores pobres dos outros bairros. Isto foi desde logo sentido pelos moradores destes dois bairros que trataram de alertar os moradores dos outros bairros pobres:

«Moradores, não é por acaso que eles tentam destruir as conquistas destes dois bairros, bairros que se têm revelado como vanguarda na luta dos moradores pobres de Lisboa. Este ataque não diz respeito apenas ao nosso bairro, diz respeito a todos os moradores pobres cuja organização e conquistas tentam destruir. Temos de continuar unidos e organizados porque a nossa vitória será vitória de todos.»

Para lutarem contra esta política, que como já vimos atinge todos os bairros pobres, os moradores têm de estar mobilizados, unidos e organizados nas comissões de moradores e cooperativas não só em cada bairro, mas também e principalmente entre todos os bairros.

E para isto os moradores já têm uma grande arma de luta e união: a Inter. Efectivamente é a Inter que liga os bairros como se fossem um e só através dela os moradores conseguiram responder aos ataques que se seguirão.

“Nenhum sistema foi derrubado só por homens...”

De que serve lutar contra as relações capitalistas se nada se fizer para alterar a situação da mulher?

Da mulher que fica em casa ou trabalha por menor salário mas que em qualquer dos casos executa sempre gratuitamente as tarefas necessárias à reprodução da força de trabalho, ou seja, as tarefas domésticas, tarefas que possibilitam que os maridos e os filhos possam trabalhar mais e melhor.

Como se pode lutar contra a opressão quando se mantém a mulher numa situação em que a sua disponibilidade física e mental é ocupada pelas tarefas de casa pois mesmo que trabalhe fora não toma consciência da realidade social; numa situação em que diariamente se lhe não reconhecem as capacidades para além das tarefas domésticas quase recheado que ela manifeste o desejo de fazer outra coisa.

De que serve lutar dia a dia na fábrica ou no campo, no bairro ou na escola contra o sistema capitalista se não lutar contra o sistema familiar tradicional, que defende e alimenta as relações capitalistas?

De que serve lutar contra a exploração se a «nossa» mulher continua no obscurantismo político, educando os nossos filhos como os patrões querem que sejam educados, cecosos, respeitadores da Ordem e da Autoridade (Pai/Patrão/Estado)?

De que serve lutar por princípios como «trabalho igual/salário igual» se não lutamos para que se aplique correctamente em relação às camaradas mulheres, antes achando natural que elas ganhem menos (porque nós é que somos os chefes de família). Para quê defender a participação de todos os trabalhadores nas lutas, nos órgãos populares de base, nos sindicatos, se achamos que as mulheres devem ficar em casa, a tratar dos filhos, a cozinhar, a lavar, a arrumar, etc. e elas são mais de metade da população, indo nós homens às reuniões?

De que serve lutar contra as relações capitalistas se nada se fizer para alterar as relações Homem/Mulher?

Será que pensamos que as relações Homem/Mulher se alterarão automaticamente no dia em que o proletariado tomar o poder? Como por encanto nesse dia desaparece toda a opressão e exploração e todos ficamos livres?

Partindo das situações concretas que conhecemos poderíamos também perguntar: Se a mulher é ignorante, se a mulher é reaccionária, se a mulher fica em casa a quem é que ela está a ser útil para quem é que está a trabalhar?

Não é pela causa dos trabalhadores que querem derrubar o sistema capitalista, ela afinal está a trabalhar contra todos nós e a sustentar o sistema transmitindo as ideias burguesas aos filhos, poupando despesas aos patrões (em creches, cantinas, salários) limitando as próprias lutas do marido e dos filhos.

Não podemos trabalhar correctamente junto das massas ignorando estas questões.



Não poderá haver verdadeiro movimento de massas sem mulheres, pois sabemos que «nenhum sistema foi derrubado só por homens e nenhum fascismo foi erguido sem as mulheres».

Temos de ganhar para o nosso lado, as milhares de mulheres trabalhadoras da cidade e do campo. Ganhá-las para as nossas lutas e em particular para a transformação comunista da sociedade.

«As nossas concepções ideológicas darão lugar a princípios de organização. Nada de organizações especiais para mulheres.»

A mulher comunista é membro do Partido tal como o homem comunista. Neste aspecto não pode haver divergência de opinião.

Temos de treinar todos aqueles que mobilizamos e ganhamos, temos que os equipar para o combate de classe dos proletariado sob a orientação do Partido. Estou a pensar não só na mulher proletária, quer na fábrica quer em casa. Penso também na mulher camponesa, e na pequeno-burguesa —

elas também presas do capitalismo. A psicologia atada antisocial e despolitizada destas mulheres, a sua esfera isolada de actividade, o seu modo de vida — tudo isto são factos. Seria absurdo não os considerar, totalmente absurdo! Necessitamos de quadros apropriados que desenvolvam trabalho entre as mulheres, métodos específicos de agitação e organização.

«O trabalho de agitação e propaganda no meio de mulheres o seu despertar e revolucionarização é encarado como um incidente ocasional, um assunto respeitante somente às camaradas mulheres. elas e só elas são as visadas pela crítica de que o trabalho não avança mais depressa e vigorosamente no sentido da sua emancipação. Ora isto está errado, completamente errado! Isto é separatismo, é afinal feminismo invertido!»

Em última análise não é mais do que uma subestimação da mulher e do seu trabalho — e está claramente provado, que de forma alguma poderemos avançar sem as mulheres.» Lenin

Por isso, diversas organizações regionais e núcleos do MES vêm já desenvolvendo um trabalho político e organizativo especialmente dirigido às mulheres.

Por isso também, e em seguimento do debate travado na 1.ª Conferência Nacional de Quatro, o Comité Central aprovou a criação de uma «Comissão sobre a Questão da Mulher», a nível nacional, a quem competirá em conjunto com as direcções regionais e de núcleo, determinar as formas de levar à prática esse trabalho político e organizativo, a nível das várias regiões; promover com base no trabalho já desenvolvido e nas experiências através dele recolhidas, a elaboração de um programa de luta global pelo socialismo; e ainda assegurar as intervenções públicas do Partido sobre a questão da mulher e a sua correcta abordagem no 3.º Congresso.

O cumprimento destas tarefas, que recaem afinal sobre todo o partido, constituirá um passo em frente na luta pela unidade da classe operária e de todos os explorados, contra o avanço da direita e a recuperação capitalista, pelo Socialismo.

TEXTÉIS No caminho certo!

É sabido como os patrões do sector, perdida a sua posição de não negociarem um contrato único e vertical para todo o sector têxtil, decidiram comparecer às negociações com os representantes dos trabalhadores.

Mudança de tática? A parentemente sim. Mas a realidade depressa mostrou que o patronato continua disposto a boicotar as negociações, tentando interpretar as leis como lhes conviesse mais.

Mas os trabalhadores têxteis e os seus representantes compreenderam há muito na luta, desde os anos do fascismo que as negociações com o patronato não se ganham pela força exclusiva das fundamtações legalistas.

A força está nas fábricas! A unidade, a organização e a luta dos trabalhadores têxteis nos locais de trabalho é o maior trunfo na contração colectiva, como a experiência o demonstrou já.

As posições da comissão negociadora sindical, discutidas e aprovadas em amplas assembleias sindicais, levadas às reuniões de conciliação no Ministério do Trabalho são claras, nomeadamente:

— entrada em vigor do contrato colectivo de trabalho vertical desde 1 de Janeiro deste ano;

— vigência do contrato por 12 meses;

— assegurar que as próximas revisões do CCTV tenham efeitos retroactivos desde o fim da vigência do anterior CCTV.

As formas de luta adoptadas (paralisações parciais e progressivas) e adesão generalizada dos trabalhadores têxteis de todo o País (80 por cento dos trabalhadores do sector) já impuseram uma primeira vitória:

O patronato aceitou negociar a fixação da data de entrada em vigor do CCTV, contrapondo aos sindicatos a data de 1 de Fevereiro.

O recuo imposto ao patronato mostra onde está a força que pode fazer vergar a arrogância e o boicote do patronato. Nos têxteis, como nos outros sectores, a força está nas fábricas!

A luta dos trabalhadores têxteis continua até à aceitação completa pelo patronato das suas reivindicações. Este o caminho a seguir contra a recuperação capitalista!

**ABAIXO OS REACCIONÁRIOS E BUROCRATAS DA CML!
EM FRENTE COM A INTER DOS BAIROS DA LATA!
CASAS SIM! BARRACAS NÃO!**

CONGRESSO DOS SINDICATOS

Não à cisão! Não à conciliação!

Continuação da pág. 1

Mas, principalmente, a importância política do Congresso mede-se pelo seu significado na actual conjuntura da luta de classes. Desde que foi anunciado, assistiu-se ao desencaixar de uma raivosa campanha de todos os sectores da burguesia no sentido de impedir a sua realização e, depois, quando isso já se tomava impossível, de diminuir o seu alcance. A cúpula direita do PS, acolitada pelos partidos reacçãoários (PPD, CDS e PCP m-l) dispuseram as suas peças dentro do movimento sindical de modo a provocar através da jogada da «Carta Aberta» uma grave e irremediável cisão, tentando tirar frutos da acção cupulista e burocratizante do PCP no seio da Intersindical e que fez com que sectores consideráveis das classes trabalhadoras se afastassem das suas orientações. Mas, perante o manifesto falhanço da jogada, que praticamente apenas conseguiu reunir alguns dos Sindicatos dos chamados «colarinhos brancos», e com especial incidência nas regiões Norte e Centro, os agentes divisionistas redobram de esforços nos últimos tempos, recorrendo às fantochadas dos referendos, a que a grande maioria dos trabalhadores, mesmo os dos serviços, respondeu pela abstenção. Os órgãos da grande informação, ao serviço dos partidos burgueses, apoiaram descaradamente a jogada da divisão; o contraste entre o empolamento dado às iniciativas da «Carta Aberta» e o pouco relevo ou mesmo a de-

turpação com que foram mimoseadas, especialmente pela RTP de Tomás, as realizações preparatórias do Congresso, não passou despercebido aos trabalhadores. E tudo justifica que assim acontecesse. A recuperação capitalista e a intensificação da ingerência imperialista que o governo do dr. Soares incentiva, exigem a continuação e o agravamento da política antioperária iniciada já em tempos do VI Governo Provisório, e que, através dos despedimentos, do aumento escandaloso dos preços, do congelamento dos contratos, da repressão sobre os activistas mais destacados nas fábricas e nas herdades, do ataque ao controlo operário e à reforma agrária, de toda a legislação antioperária promulgada, só tem de facto um fim em vista: a **diminuição dos salários reais, condição primeira para o relançamento da acumulação desenfreada por parte dos capitalistas**. Mas a resistência operária a tais medidas cresce também de dia para dia, de Norte a Sul do País; a falsificação grosseira do «socialismo» de Soares é desmascarada medida após medida, discurso após discurso, subida de preços após subida de preços. Mesmo em alguns sectores de serviços (por exemplo, a função pública e os próprios bancários), é manifesto o descontentamento contra a política burguesa do Governo. Ora o PS sabe que, divididos, os trabalhadores perderão muita da sua força; e daí todos os seus esforços no sentido de lançar a confusão e a cisão entre as classes trabalhadoras. Mas a sua primeira jogada falhou

redondamente. Neste sentido, pode dizer-se que a preparação e a realização do Congresso dos Sindicatos, bem como a formação da C.G.T.P.-I.N. representaram **uma vitória sobre as ambições cisionistas e um importante reforço da unidade dos trabalhadores, condição para a vitória**. Mas não duvidemos que as forças inimigas vão insistir nas suas manobras; com o apoio do Governo e do patronato, arriscar-se-ão provavelmente a formar uma **segunda central sindical, levando assim a cisão até às últimas consequências**. Mas também sabem que estão desmascarados perante a grande maioria dos trabalhadores portugueses, sobretudo na classe operária, como agentes ao serviço do Ministério do Trabalho, pelo que a jogada tem fortes probabilidades de sair furada. É pois natural que se recorra a outros métodos mais subtis (não desistindo porém de continuar a tentar a cisão), como o do «pacto social», que se destina a manter os Sindicatos num compromisso de não realizar reivindicações «exageradas», ao mesmo tempo que se acena com patranhas do género do «cabaz de compras», o qual, quando começar a ser praticado já os preços dos bens essenciais devem ter dado um pulo que chegue para um ano inteiro. É no fundo, a velha história da cenoura e do cacete; ou os Sindicatos aceitam o pacto social proposto pelos «socialistas», o qual irá provocar uma maior descida do nível de vida dos trabalhadores, ou haverá alguém que se encarregará de pôr os trabalhadores na ordem à boa maneira fascista.

zendo: «Não se metam em novas aventuras do género da Carta Aberta, pois no fundo nós também poderemos manter os trabalhadores disciplinados e a produzir — temos é de negociar as condições».

E é esta manobra que visa transformar a C.G.T.P.-I.N. num

órgão «respeitável» e «aberto ao diálogo» que os reformistas pretendam esconder o mais possível aos olhos dos trabalhadores. Para isso utilizaram no Congresso toda uma série de expedientes, em que são useiros e vezeiros. Trocar as ordens de inscrições, meter propostas «ao bolso», fixar rigidamente os delegados, impe-

dindo-lhes a liberdade de movimentos e, o que é o principal, e que o MES tem vindo a denunciar desde os preparativos do Congresso, um critério de representação que aumenta a importância das direcções sindicais em detrimento dos delegados directos dos trabalhadores eleitos em Assembleias Gerais.

3. Saiu reforçada a oposição de esquerda ao reformismo no movimento sindical

Mas ficou também patente para quem acompanhasse o Congresso um facto que tornará a partir de agora, muito mais difíceis as manobras da conciliação; a acção em bloco de um conjunto de Sindicatos que mostrou saber bem o que queria e para onde ia, e que constituiu uma verdadeira oposição de esquerda revolucionária ao reformismo dominante, sem contudo se deixar cair num jogo objectivamente favorável à reacção. Esse bloco, formado essencialmente por cerca de três dezenas de Sindicatos, eles próprios representativos de diferentes experiências e correntes dentro do movimento sindical, e que lhes garantiu um mínimo de 93 votos, conseguiu por vezes reunir o consenso de um número muito superior de Sindicatos (até ao ponto de disputar e ganhar votações na especialidade com mais de 1000 votos); não só pela força e coesão que demonstraram, como pela denúncia que fizeram dentro do Congresso às posições do reformismo, conseguiram impor alterações significativas às propostas originais da CNOC, preenchendo assim a partir de agora uma posição perfeitamente demarcada no movimento sindical português. É importante sublinhar este facto já que, por razões que veremos adiante, ele foi passado em branco pela quase totalidade da Imprensa.

No citado bloco distinguem-se particularmente o Sindicato dos Têxteis do Sul, o qual apresentou alternativas a todas as propostas da CNOC em que se expressaram as seguintes ideias-força:



A delegação dos Têxteis do Sul

- defesa do princípio da unidade sindical contra a conciliação que abre as portas à formação de uma central sindical amarela ao serviço do PS e do patronato;
- defesa de um Congresso de Todos os Trabalhadores verdadeiramente democrático, que permita a participação dos sectores mais combativos do proletariado e não apenas nem principalmente das burocracias sindicais, quase sempre atreitas às posições conciliadoras;
- defesa de uma orientação anticapitalista e anti-imperialista, e portanto de um verdadeiro sindicalismo de combate e de classe, e que negue à partida qualquer validade de colaboração de classes;
- defesa de uma clara defini-

ção de objectivos imediatos, recusando todas as formas de pacto social, e apontando às massas o caminho da unidade, da organização e da luta.

defesa da reestruturação do movimento sindical liquidando a estrutura dos sindicatos corporativos profissionais e caminhando para Sindicatos Verticais de actividade solidamente enraizados nos locais de trabalho e assentes na força dos delegados sindicais.

A acção dos sindicalistas revolucionários no Congresso saldou-se pois por um importante reforço das suas posições organizativas e programáticas que anuncia a continuação de uma acção firme e paciente no seio do movimento sindical, colocando-o no caminho de um verdadeiro sindicalismo de classe.

4. Radicalismo — crítica de direita e ambiguidades

Esta foi uma orientação muito diferente daquela que tomaram outros Sindicatos, também minoritários, mas que, de um modo ou de outro, se situam, não no interior mas no exterior do movimento sindical. Ou seja, tendências que de facto nada representam de concepções sindicais alternativas às do reformismo; tendências que apenas representam os partidos políticos que as sustentam e que catapultam para dentro do movimento sindical os seus objectivos programáticos, mas sem qualquer mediação que os ligue às necessidades específicas da luta sindical. Por isso não admira que tais tendências tenham tentado encontrar fora do Congresso a audiência e a expressão que dentro dele nitidamente não conseguiram; e a Imprensa ao serviço da burguesia, como sempre, não se fez rogada em dar grande relevo a quem objectivamente servia os seus propósitos. É assim que o «Expresso» afirmava que a única alternativa ao PCP dentro do Congresso era a apresentada pelo Sindicato dos Ourives, afecto à UCRP (m-l) grupúsculo reacçãoário que se cobre com as vestes do moaismo; e o «Diário de Notícias» (órgão oficial do governo PS) brindava com um artigo na página e fotografia a conferência de Imprensa promovida por esse mesmo Sindicato juntamente com os Sindicatos afectos à UDP/PCP(r) (Marianheiros Mercantes, Bordadeiras, Rodoviários de Setúbal,

Trabalhadores em Carnes de Lisboa e Setúbal, etc), conferência essa realizada após o Congresso para denunciar alguns dos «golpes» utilizados pela CNOC, mas onde não se tornou explícita a oposição política ao reformismo.

Será porém conveniente distinguir entre duas tendências dentro deste conjunto.

Por um lado, o Sindicato dos Telefonistas (afecto à linha do MRPP) e dos Ourives, ambos com um vasto passado de alianças com os agentes sindicais do PS e mesmo de partidos de direita, e que só abandonaram a «Carta Aberta» por puro oportunismo, em virtude do seu manifesto falhanço. Aliás as concepções que defenderam no Congresso pouco se afastam das dos divisionistas: recusa da unidade sindical, ataque ao controlo operário (com o velho argumento de que «o verdadeiro» controlo operário só é possível numa sociedade socialista), ataque encapotado às nacionalizações, etc. Estes Sindicatos conseguiram em conjunto cerca de 45 votos, cabendo 39 aos Telefonistas e 6 aos Ourives. Eis pois a oposição descoberta pelo «Expresso»...

Por outro lado, os Sindicatos apoiados pelo jornal «Tribuna Operária», órgão sindical do PCP(r), os quais representavam 37 votos. No seu «Manifesto Sindical», defenderam posições justas de recusa à con-

ciliação e à divisão. Esse documento representa ainda um sensível progresso em relação a posições anteriormente assumidas, em que estes sindicalistas se identificavam no fundo com os «princípios» da Carta Aberta, defendendo a unidade sim, mas nada dizendo sobre a necessidade de a vir na lei quando era necessário, isto é, a partir de Janeiro de 1975. Contudo, persistem ainda ambiguidades na definição do inimigo principal, já que consideram que a Inter e a Carta Aberta são duas faces de uma mesma burguesia que procura levar a cisão e a colaboração para o movimento sindical. Isto aliás é condizente com a acção que os caracterizou no Congresso e que consistiu em o «bombardear» de fora com posições radicais, mas desistindo à partida de lutar pela hegemonia dentro do próprio movimento sindical. Tratar-se-ia pois de constituir uma alternativa revolucionária única e (segundo a sua própria expressão) fazê-la «passar por cima das cabeças dos dirigentes sindicais», segundo eles irremediavelmente perdidos para as posições revolucionárias. Exemplo claro do radicalismo em matéria sindical manifesta por esta tendência foi a proposta de «greve política geral em caso de golpe fascista» (que organização nos locais de trabalho para a levar a cabo? que discussão prévia entre os trabalhadores acerca de uma orientação com tamanha importância?).

2. Os reformistas preparam a conciliação com o PS e o patronato

Mas, camaradas, haverá quem, dentro do movimento sindical, esteja disposto a alinhar neste jogo de «pactos sociais»? Haverá quem tenha a intenção de utilizar os 1.800.000 trabalhadores formalmente representados no Congresso como moeda de troca para negociatas pouco claras feitas nas costas dos trabalhadores? Há sim, camaradas, e se os trabalhadores portugueses não souberem aproveitar a unidade que conquistaram para se organizarem nos locais de trabalho e nos Sindicatos, para lutarem decididamente contra a recuperação capitalista, se não souberem dizer que não ao pacto social, com a mesma firmeza com que disseram não à cisão, corremos o sério risco de ver traídas as nossas esperanças. O Con-

gresso dos Sindicatos só poderá ser uma vitória total para os trabalhadores se a unidade que ele cimentou nos apontar o caminho da organização e da luta, e não o da conciliação com os capitalistas, na mira de uma cada vez mais hipotética «maioria de esquerda».

E patente que a corrente dominante no Congresso foi a reformista PCP, a qual, por mais de uma vez, deu mostras de desejar a conciliação. Assim, por exemplo, a proposta de Estatutos elaborada pela Comissão Nacional Organizadora do Congresso (CNOC), e que reflectia totalmente as posições reformistas, nada dizia sobre a unidade, a unidade do movimento sindical consagrada na lei, e que constituiu o alvo preferido da burguesia na

ânsia de enfraquecer a luta dos trabalhadores. Igualmente a proposta original do Programa de Acção da CNOC afirmava que «o movimento sindical mobilizará todos os trabalhadores para o esforço produtivo necessário» para resolver os graves problemas económicos, financeiros e sociais do País», sem especificar claramente em que condições políticas se poderia dar essa «mobilização». É de todo evidente que os reformistas jogaram e jogarão na colaboração de classes. Ao mesmo tempo que, «fazendo-se esquecidos» da unidade (bandeira de luta de centenas de milhares de trabalhadores desde o 25 de Abril) abrem as portas ao surgimento de uma central «amarela», sugerem ao Governo e ao patronato que desista da ideia, como que di-

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

RELUNDAÇÃO DOS TRABALHADORES PARA A REESTRUTURAÇÃO DA INTERINDUSTRIAL

27 janeiro 1977

A PERSPECTIVA DOS REVOLUCIONÁRIOS

Fazemos neste artigo uma análise em termos políticos do que foram as principais questões debatidas no Congresso, onde existiram alternativas perfeitamente demarcadas em relação ao reformismo.

A - ESTATUTOS

1) A questão da unidade (Art.º 3.º) — A discussão à volta da unidade constituiu um dos momentos mais importantes do Congresso, pois permitiu revelar com clareza as orientações das principais tendências ali presentes, nomeadamente os reformistas e os sindicalistas revolucionários. Na proposta original da CNOC, a que já fizemos alusão, apenas se reconhecia e se defendia «a unidade de todos os trabalhadores», e por razões que já explicámos no artigo de fundo. Transcrevemos parte da intervenção de um representante da CNOC, onde se faz a defesa explícita deste importante recuo:

«No entanto, houve propostas no sentido de termos como princípio fundamental a unidade e não a unidade. Estas propostas não foram consideradas por duas ordens de razões: a primeira, porque a unidade não é nenhum princípio mas a forma de consagração de um princípio. A segunda porque, nas condições actuais e após a entrada em vigor da Constituição, existe uma impossibilidade real de termos consagrada na lei a unidade mas consideramos que, mesmo apesar disso, a Constituição é no essencial favorável aos trabalhadores, aos seus objectivos e à sua luta, e por isso a defendemos.

A defesa da unidade é, apenas, a defesa de que a unidade pela qual lutamos deverá estar garantida na lei. Portanto, o princípio em causa é fundamental para nós e o da unidade do qual não abdicamos, pela qual lutamos e que reconhecemos como condição indispensável para a luta pelo fim da exploração do homem pelo homem.

«Ou seja... as iluminadas cúpulas do sindicalismo acabam de descobrir que a bandeira de luta que mobilizou centenas e centenas de milhares de trabalhadores há dois anos e desde então, era afinal apenas a defesa de que a unidade deve estar garantida por lei, no fundo apenas a forma de um princípio... Mas talvez a melhor resposta a esta deturpação grosseira (não será evidente que a oposição Inter/Carta Aberta nasceu precisamente da oposição unidade/unidade?) tenha sido dada por uma intervenção do Sindicato dos Porteiros e Vigilantes, em que se afirmou:

«Há, presentemente quem diga não se bater por «causas perdidas», considerando a unidade como uma causa perdida.

Para nós, camaradas, há causas perdidas. Há causas pelas quais se luta ou não se luta.

E, sobre o nosso ponto de vista, a unidade é uma causa que pela importância passada, imediata e futura, se deve continuar a lutar, firme e decididamente.

Para nós, a questão da unidade não reside apenas em saber se o Governo (este ou outro) a consagra na lei. O impor-

ta da questão é o de saber se a Organização Sindical a assume e consagra nos seus estatutos, e se cada um dos seus sindicatos, vai ou não mobilizar todos os seus esforços para garantir que a unidade da organização sindical, a nível da Central Sindical e de cada profissão e actividade, seja assegurada. Mobilização que passa por um amplo debate no seio das massas com vista ao esclarecimento objectivo e profundo da questão.

Em função das numerosas críticas que a posição original da CNOC sofreu, a Comissão de Redacção acabou por incluir no Art.º 3.º uma alteração em que figura a expressão «luta pela unidade orgânica do movimento sindical», que é contudo insuficiente, pelo que a votação em alternativa verificou-se entre a proposta aumentada da CNOC (que venceu) e a proposta do Sindicato dos Têxteis do Sul, onde explicitamente se reconhecia o princípio da unidade.

2) — Sobre os princípios de orientação e os objectivos da CGTP/INTER (Art.ºs 7.º e 9.º) — A redacção final dos estatutos aprovada em Congresso incluiu no Art.º 7.º onde se lê: «A CGTP/INTER combate o princípio corporativo-fascista que nega a luta de classes e considera que a resolução dos problemas dos trabalhadores exige o fim da exploração capitalista e da dominação imperialista». Este importante princípio de orientação não figura na proposta original da CNOC, tendo sido introduzido a partir de uma alternativa idêntica do Sindicato dos Têxteis do Sul, igualmente na alínea a) do Art.º 9.º se veio a substituir, como objectivo da CGTP/INTER, a «defesa dos interesses dos trabalhadores» pelo princípio, mais correcto, da «organização dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses». Uma passagem da intervenção dos Têxteis do Sul acerca deste ponto sintetiza estas posições:

«Devemos inscrever nos estatutos, como garantia de verdadeira democracia de trabalhadores, não apenas mecanismos que assegurem a expressão real de todos os trabalhadores, na sua diversidade, mas também objectivos precisos de carácter anticapitalista e anti-imperialista e, ainda, que garantam a ligação da Central e dos seus órgãos às lutas de massas e de locais de trabalho e de vida, contribuindo ao mesmo tempo para que cada luta se ligue por sua vez à luta geral pelo fim da exploração capitalista».

3) — Em diversos pontos dos estatutos foi salientada a oposição existente entre duas concepções acerca do funcionamento do órgão máximo da CGTP/INTER, o Congresso: — a da CNOC, que pretendia um controlo burocratizado das direcções sindicais sobre o Congresso, à semelhança do que já neste acontecera;

— e a dos Têxteis, que defendia uma maior abertura do Congresso às bases, de modo a que ele fosse mais um Congresso de Trabalhadores, reflectindo directamente as suas lutas e aspirações, e menos um Congresso de direcções sindicais.

Em termos gerais, esta última concepção seria defendida através das seguintes palavras:

Nem «cartas abertas» nem «cartas fechadas», camaradas. Nós, trabalhadores não queremos cartas, queremos lutas. Não queremos dirigentes controleristas, queremos sindicatos e uma Central Sindical dirigida pelos militantes que se revelaram e formaram nas lutas, no espírito de sacrifício e na resistência à repressão em defesa dos camaradas de trabalho e de todos os trabalhadores.

Queremos estatutos que permitam encontrar e enquadrar dirigentes e delegados que contribuam para unir e não para dividir, que saibam ouvir e dirigir em vez de impor, que

saibam ligar cada luta a todas as outras lutas. Concretamente, esta posição traduziu-se pela defesa em alternativa de: — uma maioria de delegados eleitos pelos trabalhadores em assembleias gerais na composição das delegações sindicais ao Congresso;

— a possibilidade de convocação extraordinária do Congresso por um mínimo de 20 sindicatos, representativos de 1/10 dos trabalhadores inscritos;

— voto individual nas delegações sindicais ao Congresso (ao contrário da CNOC, que defendeu o voto colectivo por delegação).

Sempre que não se alteraram as propostas originais da CNOC, verificaram-se votações em alternativa na especialidade, em que, como era de esperar, saíram vencedoras as posições da CNOC, embora os Sindicatos oponentes tivessem conseguido reunir por vezes cerca de 340 votos, o que é significativo.

B - PROGRAMA DE ACÇÃO

Também neste ponto foi importante a actuação dos Sindicatos que ao longo de todo o Congresso se bateram contra os projectos capitalinistas da linha reformista.

De facto, os delegados que se agruparam em torno da proposta de Programa de Acção apresentada pelo Sindicato dos Têxteis do Sul, representam, neste ponto de forma evidente, a única oposição revolucionária, organizada e consequente à linha reformista e a única, também, com a suficiente força para impor alterações importantes ao projecto da C. N. O. C.

Demarcaram-se de igual modo e de forma clara de outras oposições que, quer a pretensão das faltas de democratização na preparação do Congresso, quer pela defesa de posições estranhas ao movimento sindical, ou mesmo abertamente reacção, se deixaram facilmente isolar não conseguindo em momento nenhum pôr em causa a linha reformista maioritária.

Por seu lado os delegados revolucionários souberam bater-se, com intervenções claras e rigorosas, por um Programa de Acção em que constasse expressamente que a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores passa pela luta anti-capitalista, pela recusa do pacto social e pela subordinação da luta económica à luta política.

Assim diria um delegado do Sindicato dos Têxteis do Sul: «A perspectiva correcta é a que assenta na consciência clara de que a prática sindical deve dar uma grande importância à luta pelas reivindicações imediatas que são o objecto principal da contratação colectiva, mas não se deve restringir a essa luta.

Tem também de dirigir a sua actuação para um tipo de «reivindicações» de carácter mais global e de natureza política, que visem a garantir simultaneamente do emprego e do salário. Trata-se afinal, de subordinar a luta económica à luta política. Trata-se de pôr os interesses de classe à frente dos

interesses individuais. De evitar que a luta económica caia em bocos sem saída ou entre um círculo vicioso.

Camaradas: Temos de lutar firmemente por novos contratos, mas sem isolar essa luta da luta pelo objectivo político global que é nesta fase o da luta contra a recuperação capitalista feita à custa dos trabalhadores.»

E um delegado do Sindicato dos Electricistas do Centro terminaria a sua intervenção afirmando:

«Camaradas: Não tenhamos ilusões. Aceitar o pacto social é aceitar que os salários fiquem na mesma enquanto os preços vão subindo cada vez mais!

Aceitar o pacto social é aceitar que ao boicote dos C.C.T.'s pelo patronato se suceda a divisão dos trabalhadores por mini-contratos e acordos de empresa onde não haverá força para obter as conquistas necessárias!

Por isso camaradas, para ser firme na defesa dos interesses de classe dos trabalhadores o movimento sindical português tem de recusar e combater todas as ilusões da co-gestão ou da participação na gestão que acabam sempre por levar os trabalhadores a colaborar e a participar na sua própria exploração.

O movimento sindical só tem um caminho a seguir.

Dizer não à colaboração de classes!

Dizer sim ao combate firme em defesa dos interesses de classe dos trabalhadores!»

Defendendo desta forma as suas posições puderam os revolucionários impôr à linha reformista um importante aditamento ao ponto 3.º do Programa de Acção que assim passou a integrar o seguinte princípio fundamental que constava da proposta dos Têxteis:

Só a firme defesa dos interesses de classe dos trabalhadores na luta contra a exploração capitalista permite conquistar as reais melhorias nas condições de trabalho e de vi-

da, fundir numa só a luta económica e a luta política e colocar o trabalho sindical no justo caminho da emancipação de todos os trabalhadores.

Para além destes outros aditamentos foram de igual modo defendidos e, embora menos importante, é talvez de referir a alínea d) do ponto 4.2.3 onde se refere:

«... a formação dos delegados sindicais, de quem muito depende a força dos Sindicatos e a defesa consequente dos interesses dos trabalhadores nos locais de trabalho, garantindo a elevação da consciência de classe dos trabalhadores e a sua participação crescente na vida sindical.»

Este aditamento vem também ao encontro da proposta dos Têxteis onde a propósito do assunto se afirma entre outras coisas:

«Da acção dos delegados sindicais, mais do que da Direcção, depende a força ou a fraqueza do Sindicato;

Dentro do trabalho a desenvolver inscreve-se, portanto, como um dos objectivos prioritários, o trabalho de formação sindical dos delegados.

Esta formação é tanto mais premente quanto hoje em dia se coloca como uma das tarefas centrais a de levar por diante o controlo operário da produção.»



Manuel Lopes, presidente do Sindicato dos Têxteis do Sul e membro do Secretariado da CGTP — Intersindical Nacional

C - CADERNO REIVINDICATIVO

A CNOC apresentou uma proposta de caderno reivindicativo imediato em que, para além de um preâmbulo onde se fazia a defesa encapotada do pacto social — «O movimento sindical mobilizará activamente todos os trabalhadores para o esforço produtivo necessário, desde que seja assegurado que os seus resultados beneficiarão efectivamente as camadas mais desfavorecidas do nosso povo» —, eram contempladas de forma vaga algumas «medidas imediatas, positivas e realistas», cuja adopção era reivindicada ao Governo, mas sem se fazer qualquer referência às formas e métodos de luta para as levar à prática.

Em contrapartida, o Sindicato dos Têxteis do Sul apresentou um Programa Imediato de luta, que claramente se diferenciava dos propósitos conciliadores e meramente reivindicativos. Isso ficou claro na intervenção feita por um dirigente daquele sindicato, que afirmou:

«Porque um programa imediato de luta e não um caderno reivindicativo? Com o patronato reacção e explorador, organizado na CIP e na CAP, a atacar, provocar e reprimir o movimento operário e o movimento sindical!

Com o imperialismo norte-americano e alemão a apoiar descaradamente o explorador do nosso povo: Com um Governo que de cedência perante os reacçãoários, os fascistas e o capital nacional e internacional aplica uma política de recuperação capitalista;

Com esta situação, camaradas, que fazer? Não é conciliando com os nossos inimigos que poderemos algum dia chegar à vitória. Resistir activamente, defender palmo a palmo as conquistas alcançadas na luta e que a Constituição consagra como o direito à greve sem limitações, a proibição e a repressão do «lock-out», a liberdade de reunião, associação e informação, o direito ao trabalho e o controlo operário, lutar sem tréguas contra a fome, a miséria e o desemprego, não aceitar o pacto social a qualquer nível.

Eis o caminho, camaradas, o caminho de um sindicalismo de combate e de classe, o único que pode responder aos

nossos problemas, porque só lutando venceremos!

Não nos interessa aprovar neste Congresso de tão grande importância um rol de pedidos do movimento sindical, sem qualquer definição de prioridades, sem qualquer definição dos meios a utilizar para os tornar realidade!

Interessa-nos aprovar neste Congresso a definição clara dos nossos inimigos e dos seus intentos, a definição clara e com prioridades dos nossos objectivos de luta e a definição clara e concreta dos meios que vamos utilizar para os alcançarmos!

Isto é: Não nos interessa um caderno reivindicativo como o da CNOC!

A diferença entre o caderno reivindicativo da CNOC e o programa imediato de luta do Sindicato dos Têxteis do Sul é esta:

Reivindicações abstractas e indefinidas ou objectivos concretos e definidos de luta.

Só a segunda opção, camaradas, nos pode interessar neste Congresso!

Porque juntar aos objectivos de luta um programa de acções concretas para a vitória?

Camaradas Sem luta não há vitória! Sem unidade e organização não há luta que avance!

De nada serviria aprovar um conjunto de objectivos de luta se não definirmos o mais importante! Como é que nos vamos organizar para a luta? Com que orientação é que vamos lutar?

Que fique bem claro que a força do movimento sindical está nos locais de trabalho, nas fábricas e nos campos e não em qualquer gabinete ou corredor do poder militar ou civil!

Que fique bem claro que a luta contra a recuperação capitalista é uma luta diária em todas as frentes!

Neste ponto, porém, não se chegou a assistir a uma votação em alternativa entre o Caderno Reivindicativo e o Programa de Acção. Foi possível a elaboração de um documento único, composto de duas partes, uma que reflecte essencialmente a proposta da CNOC, embora com alterações no seu preâmbulo, e outra que reflecte a proposta dos Têxteis, sob a forma de uma resolução.

RESISTÊNCIA POPULAR ACTIVA — por um Governo de Independência Nacional

«Ocorre frequentemente que quando se dá uma viragem brusca na história os Partidos avançados deixam passar um tempo mais ou menos longo, antes de se orientarem na nova situação criada, repetindo palavras de ordem que, se ontem eram acertadas, hoje perderam toda a razão de ser tão «habitualmente» como «habitual» é a brusca viragem da história». — Lênin.

INTRODUÇÃO

No decurso do ano de 1976, exactamente nos 11 meses posteriores ao nosso II Congresso, sucederam-se grandes batalhas políticas nas quais o nosso Partido participou activa, abnegada e profundamente. Apesar da súbita alteração da correlação de forças e da situação política desvantajosa na qual os revolucionários foram obrigados a afrontar as forças burguesas, triunfantes no 25 de Novembro, o nosso partido soube erguer, nas eleições legislativas, nas eleições locais e particularmente na candidatura de Oteló, a bandeira da Resistência Popular e unir na luta sectores significativos da vanguarda revolucionária e largas camadas do povo explorado e oprimido. No entanto é necessário saber tirar as lições do facto do nosso Congresso

I - A FASE ACTUAL DA LUTA DE CLASSES

1. Nem golpismo militar de direita nem «solução militar de esquerda»

O CC considera decisivo variar das fileiras dos revolucionários, e do nosso próprio seio, as hesitações no que respeita à caracterização da actual situação política. No passado recente as hesitações a respeito desta questão custaram muito caro permitindo que campeasse a desorientação e não fosse possível o estabelecimento de uma tática segura que guiasse a nossa acção.

É necessário tomar como certo que na actual fase a democracia-burguesa vai prevaler no nosso País sobre qualquer outro tipo de regime.

O CC considera que o regime democrático-burguês, que a Constituição consagra, não serve os interesses históricos do proletariado e do povo explorado e oprimido, mas representa, no imediato, um compromisso necessário entre várias fracções da burguesia, por um lado, e destas com o proletariado e o povo explorado e oprimido. Esta situação permite, no imediato, o desenvolvimento da organização dos revolucionários e da Resistência Popular Activa contra a recuperação capitalista, o autoritarismo burguês e a ingerência imperialista.

O CC refuta, mais uma vez, a tese do fascismo a curto prazo de que nem todos os sectores revolucionários se libertaram ainda: o uso da força militar para golpear a Constituição e suprimir as liberdades democrático-burguesas não é sustentado senão por sectores militares de direita reacçãoária e fascista não gozando de apoio completo de qualquer dos sectores burgueses, organizados partidariamente, nem sequer do apoio do imperialismo norte-americano.

Os partidos burgueses de direita (CDS e PPD) desenvolvem uma tática que visa ganhar posições nas instituições democrático-burguesas, esperando pacientemente (caso do CDS) ou precipitando mais (caso do PPD) o agravamento da crise económica e social para, alargada a base de apoio social a uma política abertamente autoritária, capitalista e de submissão ao imperialismo, tomarem conta das rédeas do Poder.

O CC considera que a actual correlação de forças no terreno militar não favorece nem o golpismo militar de direita nem a viabilidade de qualquer «solução militar de esquerda».

O Presidente da República, ocupando o lugar chave no sistema da democracia burguesa limitada, continua a desempenhar o papel aglutinador de

de Fevereiro não ter dedicado a necessária atenção a esta sucessão de batalhas políticas a que foi chamado a participar activamente. O nosso partido empenhou-se nestas batalhas políticas menos por escolha tática do que pela imposição dos acontecimentos exteriores.

A cada nova batalha política que tinha lugar (Abril de 76, Julho/Agosto 76, Dezembro de 1976) mais claro se tornava que a crise social e política da nossa sociedade mantinha em aberto um imenso campo para a acção política dos revolucionários. Mas essa realidade não era acompanhada pela compreensão que os revolucionários possuíam da fase da luta política em que participavam activamente. Foi esta contradição que se tornou clara com a nossa acção política no período de luta que percorreu todo o ano de 1976. Foi ela também que impulsionou o processo de conquista de novas alianças políticas e a constituição de uma nova força política: o MUP. Mas é esta mesma contradição que urge encerrar e superar quer no plano da constituição partidária quer no plano da tática global, para que não se agigante mais as dificuldades organizativas no seio do nosso Partido e no conjunto das forças revolucionárias. Esta é uma exigência que a súbita alteração da situação política, à entrada de 1976, fez emergir depois de mais de dois anos de ofensiva popular, e a que o Comité Central responde adoptando a presente resolução.

I - A FASE ACTUAL DA LUTA DE CLASSES

1. Nem golpismo militar de direita nem «solução militar de esquerda»

uma ampla corrente militar disposta a defender o sistema democrático-burguês, consagrada na Constituição, o que constitui um importante entrave ao avanço do golpismo militar de direita.

Por outro lado, uma «solução militar de esquerda» que permitisse o exercício do Governo pelos Partidos democráticos da burguesia em coligação com o PCP (e outras forças minoritárias hegemónizadas pelos revisionistas) só seria viável se o MFA ainda estivesse, se o PS não fosse a ponta de lança do imperialismo em Portugal e se as forças burguesas de direita não estivessem dispostas a aceitar, nesta situação política, o jogo da democracia burguesa, debaixo da mais estreita dependência

2. A cada vez maior dependência económica, financeira e política do Imperialismo coloca na primeira linha a luta pela Independência Nacional

Na actual situação política, fortemente influenciada pela cada vez maior dependência do imperialismo e pela pressão do volume de desemprego (mais de meio milhão em Dezembro de 1976) e da subida dos preços (um valor real da ordem dos 30 por cento em 1976), a burguesia portuguesa não encontrará a sua unidade em torno de um projecto nacionalista, ao contrário do regime colonial-fascista do movimento de um projecto patrocinado e apoiado pelo imperialismo.

O aumento da dependência

da estratégia imperialista.

Ao agitar a viabilidade de uma «solução militar de esquerda», o PCP ilude as massas, tentando instrumentalizá-las à sua política de conciliação. Procura assim esconder o verdadeiro carácter revisionista da sua concepção de transição pacífica para o socialismo. Daquela forma o PCP mascara a sua profunda desconfiança na capacidade do movimento popular, com a classe operária à cabeça, travar vitoriosamente os combates da Resistência e, contando com as suas próprias forças, marchar em frente no caminho da Revolução do Poder Popular e do Socialismo.

O CC considera tarefas centrais de todos os comunistas e revolucionários o combate

paciente e organizado pela implantação no seio das massas da alternativa popular e revolucionária e a denúncia da política conciliatória dos revisionistas do PCP dando resposta firme e confiante às hesitações e dúvidas que se levantam entre alguns dos combatentes populares mais destacados.

Se soubermos criar e organizar a barreira da Resistência Popular Activa a vitória está ao nosso alcance!

O recuo e conciliação que os revisionistas praticam não asseguram a defesa das conquistas populares e apenas servem para desarmar o povo perante os seus inimigos.

O CC afirma claramente que existem forças suficientes, no campo popular, para derrotar os inimigos do nosso povo.

nas FFAA como condição para a aquisição da máxima operacionalidade interna e integração nos quadros da NATO; abranda progressivamente o rigor no julgamento político, ideológico e material do regime colonial-fascista e dos seus serventários, afinal docéis servidores no passado dos mesmos «senhores imperialistas» a que hoje recorrem os «democratas» dos governos burgueses; tornar-se-à mais agressiva a política de divisão do movimento sindical, mais apertado o cerco à Reforma Agrária e

em relação ao imperialismo reflectir-se-à ao nível das massas já que a política de recuperação capitalista patrocinada pelos imperialistas e apoiada pelos seus empréstimos tem elevados custos políticos que também será o povo a pagar.

Crescerá a repressão e o autoritarismo burguês em todos os sectores da nossa sociedade, limitando o exercício das liberdades consagradas na Constituição; tornar-se-à mais estreita a dependência no plano militar, acelerando a reposição da hierarquia militarista

O CC considera que, na actual situação, não existem ainda as condições para fazer vingar a alternativa popular ao governo do dr. Soares e aponta que maiores perigos viriam para as conquistas dos trabalhadores e para a liberdade de organização, propaganda e luta das massas e dos revolucionários, com a queda do actual governo e a sua substituição por um governo supra-partidário de direita com chefia militar ou por um governo de coligação dos Partidos burgueses com participação de militares.

O CC considera que, por outro lado, para o avanço e consolidação da alternativa popular e revolucionária no seio das massas, para o reforço do papel do nosso partido na luta

o ataque aos avanços conseguidos na satisfação dos interesses dos camponeses pobres, nomeadamente a Lei do Arrendamento Rural, mais eficaz a vigilância sobre a rentabilidade do investimento no ensino.

Este não é o «quadro negro» de um regime fascista mas o caminho irreversível que seguirá a política da burguesia nos quadros da nossa democracia burguesa limitada.

Alguns dados acerca da real situação económica e financeira permitem-nos afirmar que na próxima fase da luta política de classe, no nosso país, vai tomar relevo e importância decisiva as relações da Economia Nacional com o Imperialismo norte-americano e oeste-alemão.

Da análise desses dados não deixa de ressaltar a inevitável subordinação do actual governo burguês à chantagem financeira e às decisões políticas emanadas das grandes capitais do imperialismo.

As reservas de divisas esgotaram-se em Janeiro de 1976; as reservas de ouro (860 toneladas) à volta de 30 milhões de contos) estão empenhadas em 40 por cento (325 tonela-

das); os empréstimos externos sobem já a 80 milhões de contos e desde o início de 1975 o escudo desvalorizou-se, na prática, cerca de 20 por cento.

Sem empréstimos externos Portugal não consegue, já hoje, manter o comércio internacional; as condições impostas para a sua obtenção apontam a completa subjugação política ao imperialismo, para além do mais, porque se destinam a fazer compra a quem empresta: dos 80 milhões de contos já obtidos em empréstimos mais de 60 por cento são para financiar o saldo negativo da Balança de Pagamentos e menos de 40 por cento para investimentos.

Dois países imperialistas se destacam em todas estas operações: Estados Unidos e República Federal Alemã. No seu conjunto são responsáveis em 95 por cento dos empréstimos para compras correntes. Nesta situação o governo dos Estados Unidos controla grande parte dos mecanismos de curto prazo da economia portuguesa (na fase actual os mais importantes) e o governo da RFA, enquanto força principal no



Mercado Comum, controla grande parte do sentido do desenvolvimento da economia portuguesa já que todos os principais projectos de investimento passam a necessitar do acordo de instituições ban-

cárias e financeiras do Mercado Comum.

Nesta situação a luta anti-imperialista e pela independência nacional ganha uma nova importância na luta do proletariado e do povo português.

II - UNIR OS REVOLUCIONARIOS E O POVO DEBAIXO DUMA ÚNICA BANDEIRA DE LUTA

1. Criar as condições para fazer vingar a alternativa popular ao Governo PS, no combate às manobras da direita reacçãoária e fascista e às ilusões do revisionismo

O CC considera que, na actual fase, a denúncia da democracia burguesa não passa pelo combate directo contra as suas instituições (Assembleia da República, Conselho da Revolução, Governo, Câmaras, Juntas, Tribunais) mas pela denúncia e combate às medidas anti-populares e anti-operárias executadas por qualquer desses órgãos.

Assim se combaterá eficaz-

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

mente os desvios estuadistas na tática e se reconhecem que eles conduzem ao sistemático desarme organizativo e político dos revolucionários. Esses desvios servem sempre em última instância, o aventureirismo das forças revisionistas que projectam uma solução militar para

3. A Resistência Popular Activa só pode ganhar sentido revolucionário se for conduzida debaixo da bandeira de luta por um Governo de Independência Nacional

Só debaixo de uma tática global e sob a bandeira de luta por um Governo que permita ligar solidamente os objectivos centrais da Resistência Popular Activa ao relançamento da ofensiva popular será possível barrar o caminho à direita burguesa e às suas alternativas de Governo autoritário e de submissão ao imperialismo sem fazer, ao mesmo tempo, concessões ao esquerdismo e a qualquer tipo de aventureirismo.

O CC considera que a persistência da democracia-burguesa limitada cria as condições necessárias para que o combate à crise seja conduzido pelos revolucionários, através do processo de unificação das suas fileiras, no seio da organização e mobilização das massas numa ampla Frente anti-fascista, anti-capitalista e anti-imperialista (de que o MUP é um factor essencial), debaixo de bandeira de luta por um Governo capaz de defender as liberdades conquistadas pelo povo e a independência nacional.

A organização da Resistência Popular Activa debaixo de bandeira da luta por um Governo de Independência Nacional imposto na crise das instituições democrático-burguesas com a força do Movimento Popular, é o único caminho capaz de conduzir à derrota da recuperação capitalista e das alternativas autoritárias e repressivas da burguesia.

III- ERGUER A RESISTÊNCIA POPULAR ACTIVA

1. Resistência Popular Activa contra o renascimento do fascismo nas Forças Armadas

A situação militar actual caracteriza-se pela cada vez maior concentração de poderes no P.R. que se torna, com o Conselho da Revolução, o centro da disputa política. Os Partidos burgueses de direita concentram uma significativa parte da sua estratégia pelo poder na influência política sobre o P.R. e preparam as condições para liquidar o C.R. como órgão de soberania não eleito.

O CC considera que está ao alcance dos revolucionários influenciar a correlação de forças no terreno militar. Nesse sentido, o CC considera tarefa fundamental agitar o perigo que constitui para as liberdades alcançadas pelo povo a cada vez maior influência da casta militar fascista nos postos de comando das Forças Armadas.

A influência da casta militar fascista nas Forças Armadas

Só um Governo de Independência Nacional, imposto com a força do Movimento Popular poderá conduzir ao esmagamento das forças fascistas, à abertura das condições capazes de permitir o aprofundamento das conquistas do pós-25 de Abril, pelo avanço da organização popular a todos os níveis da sociedade e ao alinhamento do nosso país e do nosso povo ao lado de todas as nações e povos anti-imperialistas. Só esta bandeira de luta permitirá organizar, com todo o vigor, a Resistência Popular Activa e fazer avançar, correcta e seguramente, a construção do Partido Revolucionário da Classe Operária em torno de uma linha revolucionária capaz de conduzir o povo trabalhador à vitória,

Só esta bandeira de luta permitirá fazer avançar a Frente de massas anti-fascista, anti-capitalista e anti-imperialista para que aponte o MUP.

O CC chama todos os anti-fascistas, todos os comunistas e revolucionários a cerrarem fileiras no combate à ameaça fascista, nomeadamente às manobras dos sectores golpistas das Forças Armadas, como caminho para consolidar e alargar o MUP e erguer o instrumento central para a fase de resistência que atravessamos: a organização política unitária capaz de unir o povo trabalhador numa alternativa independente das forças bur-

guesas e do reformismo revisionista.

A luta pelo Governo de independência nacional, como objectivo tático central, coloca como objectivo imediato de luta a organização da resistência popular activa ao renascimento do fascismo nas Forças Armadas, e ao novo autoritarismo burguês na nossa sociedade, e à recuperação capitalista.

Só o desenvolvimento vitorioso do Programa de luta da resistência popular activa poderá impedir a consolidação do Poder burguês num regime autoritário e repressivo e abrir as condições políticas para que, através da retomada da ofensiva política das massas trabalhadoras, ganhe actualidade a constituição do Governo de independência nacional.

A organização da Resistência Popular Activa debaixo da bandeira da luta por um Governo de Independência Nacional imposto na crise das instituições democrático-burguesas com a força do Movimento Popular é o único caminho capaz de conduzir à derrota da recuperação capitalista e das alternativas autoritárias e repressivas da burguesia.

1. Resistência Popular Activa contra o renascimento do fascismo nas Forças Armadas

A situação militar actual caracteriza-se pela cada vez maior concentração de poderes no P.R. que se torna, com o Conselho da Revolução, o centro da disputa política. Os Partidos burgueses de direita concentram uma significativa parte da sua estratégia pelo poder na influência política sobre o P.R. e preparam as condições para liquidar o C.R. como órgão de soberania não eleito.

O CC considera que está ao alcance dos revolucionários influenciar a correlação de forças no terreno militar. Nesse sentido, o CC considera tarefa fundamental agitar o perigo que constitui para as liberdades alcançadas pelo povo a cada vez maior influência da casta militar fascista nos postos de comando das Forças Armadas.

A influência da casta militar fascista nas Forças Armadas

se é usada, nesta fase, pela burguesia anti-democrática e pelos imperialistas, para exercer chantagem sobre a política dos governos burgueses, não deixa, no entanto, de constituir o mais importante e decisivo bastião para, em última instância, impor um regime autoritário e de submissão completa ao imperialismo.

O CC considera que existem abundantes indícios de actividades anti-patrióticas por parte dos oficiais comprometidos com os interesses da burguesia anti-democrática e do imperialismo yanqui.

A cobertura dada ao bombista Mota Freitas por Pires Veloso, o «passeio» facultado ao embaixador imperialista Carlucci nos terrenos militares de Santa Margarida, a publicação do «Relatório das Seviças», a acção concertada que levou à eleição para o Conselho de Armas de importantes oficiais

lar activa contra as acções repressivas de militares fascistas, desde a luta nos quartéis, na defesa da liberdade dos soldados, até à luta pela defesa dos militares democratas e patriotas afastados dos postos de comando por não aceitarem fazer o jogo dos imperialistas.

O CC apoia o lançamento, através do MUP e de outras organizações populares e de massa, de campanhas vigorosas que manifestem o repúdio do nosso povo e o mobilizem contra Pires Veloso, Soares Carneiro e outros militares aspirantes a ditadores e, por outro lado, de apoio a Oteló e aos restantes militares do 25 de Abril afastados das FFAA sob a acusação de «crimes» inventados para justificar uma política anti-popular e de venda do nosso país ao imperialismo.

Aos revolucionários cabe tomar a cabeça política da agitação contra as manobras reacçãoárias nas FFAA e contra os militares fascistas que as executam em estreita articulação com a denúncia na política interna do nosso país que, a coberto da NATO e a pretexto do apoio material às FFAA portuguesas, poderá tentar a subordinação da política nacional aos seus interesses expansionistas e agressivos sobre os povos da África Austral e do Médio Oriente.

Erguer a Resistência Popular Activa contra as acções repressivas dos militares fascistas, desde a luta nos quartéis, na defesa da liberdade dos soldados, até à luta pela defesa dos militares democratas e patriotas afastados dos postos de comando por não aceitarem fazer o jogo dos imperialistas.

RESISTÊNCIA POPULAR ACTIVA

— por um Governo de Independência Nacional

Continuação da pág. 7

2. Resistência Popular Activa contra o novo autoritarismo burguês na nossa sociedade

É muito particularmente à escala da sociedade civil que a questão do fascismo deve ter uma nova colocação. A não ser assim, a luta anti-fascista não passará de uma reposição tãchanha e sem horizontes das velhas fórmulas absolutamente desadequadas às novas condições da nossa sociedade.

O programa de luta anti-fascista dos revolucionários, não desprezando a memória de um combate de décadas, não se pode circunscrever ao relato histórico desse passado heróico e glorioso.

Em primeiro lugar, a ameaça fascista não consiste no perigo de regresso a um regime de ditadura terrorista da burguesia. Para que pudesse ser encarada dessa maneira seria necessária a conjugação de factores nacionais e internacionais que se não verificam nem no nosso país nem nos países do sul da Europa capitalista.

Não passa por aí a estratégia do imperialismo para a Europa nos nossos dias, nem o admitiriam as forças revolucionárias e progressistas do nosso país, e dos países da Europa do Sul que estão em condições de suster o fascismo nos próximos anos em cada um dos seus países. No nosso país o resultado das últimas eleições demonstra claramente que largas camadas do povo recusam o regresso a fórmulas de Governo autoritárias e repressivas e muito mais à instituição de um regime de ditadura terrorista baseado na supressão das liberdades burguesas e na repressão violenta sobre o movimento popular de massas. Por outro lado, a evolução da situação em Espanha, na Itália e em França demonstram que o imperialismo está pronto a aceitar a negociação da sua influência, estratégica e militar, com um bloco de forças sociais e políticas muito amplo no contexto de regimes parlamentares dominados pelas forças social-democratas.

No mesmo sentido aponta a prestação de empréstimos financeiros avultados dos Estados Unidos e da Alemanha Federal a Portugal, negociados com o Governo do dr. Mário Soares.

Nestas condições, torna-se claro que também em Portugal o imperialismo aposta nas forças democrático-burguesas como pontas de lança do processo de reconstrução capitalista a troco da estabilização do regime democrático parlamentar e da pacificação do movimento popular de massas a cargo do P.C.P. A luta antifascista nestas condições deixa de ter simplesmente como objectivo impedir um regresso ao 24 de Abril.

O autoritarismo burguês assumirá novas formas nos quadros de uma ordem burguesa agora liberta da missão de polícia dos interesses imperialistas nas antigas colónias de África que exigiam fórmulas ultra repressivas e que agora passarão a ser nefastas ao próprio projecto de reconstrução capitalista.

Para a táctica dos revolucionários a luta anti-fascista deverá ser uma rectaguarda firme para um combate mais amplo contra o novo autoritarismo burguês que será a todos os níveis da sociedade a outra face do processo de reconstrução capitalista de baixo da cada vez mais completa dependência dos marcos e dos dólares.

Saber lutar nesta situação contra o fascismo implica olhar o futuro sem nunca esquecer o passado.

O CC considera que é necessário não dar tréguas às manifestações do fascismo, na política e na ideologia, exigir o desmantelamento do que resta das velhas instituições e o julgamento dos seus agentes e do próprio regime fascista que os sustentava, mas muito particularmente erguer a barreira da resistência popular activa contra as novas manifestações de autoritarismo burguês.

O CC considera que o facto de o Governo, o Presidente da República, o Conselho da Revolução e os Tribunais pactuarem com os inimigos da liberdade ou não usarem da força para a sua repressão exemplar, constitui a denúncia mais flagrante da sua natureza burguesa e conciliatória.

O Governo do dr. Soares ou qualquer outro que não se apoie na luta e na organização do povo explorado e oprimido, nunca garantirá o esmagamento político e material da herança fascista por mais boas intenções anti-fascistas que manifestem, pela razão simples de que necessitam para a execução da sua política autoritária de alguns dos elementos repressivos que com menos requinte e mais brutalidade eram essenciais à sobrevivência dos regimes fascistas de Salazar e Caetano.

Para vergar o povo explorado e oprimido à sua política de reconstrução capitalista, debaixo da mais estreita submissão ao imperialismo, os Governos burgueses nunca poderão irradiar da nossa sociedade a sombra negra do aparelho repressivo fascista e dos seus mecanismos de coacção psicológica e moral sobre as massas populares, pois isto seria arriscar que o povo se colocasse contra a polícia, as FFAA, as prisões, os tribunais e as leis da burguesia.

Só o povo explorado e oprimido poderá alcançar hoje o verdadeiro julgamento do fascismo tal como ontem alcançou a vitória na luta pelo

seu derrube.

O CC considera que se devem apoiar activamente todas as iniciativas de denúncia da farsa de julgamento dos Pides, da reintegração e reabilitação de todos os serventários do fascismo, assim como todas as manifestações de renascimento da ideologia e da prática fascista no seio das massas como passo decisivo para o combate às novas fórmulas de autoritarismo burguês que caso contrário se implantarão à sombra da ideologia autoritária que as décadas de regime fascista arrastaram no seio das massas populares.

O CC considera que só a acção política das massas, o protesto enérgico e organizado dos anti-fascistas e democratas, do povo explorado e oprimido e das suas organizações populares e de classe pode obrigar ao cumprimento rigoroso de uma exigência que o 25 de Abril deixou para sempre consagrada na luta do nosso povo: a morte política do fascismo e o julgamento implacável dos seus serventários.

O CC aponta a todos os trabalhadores o caminho da luta contra o pacto social da miséria e do desemprego que a burguesia pretende impor.

Cerrar fileiras contra os despedimentos, o desemprego, a redução dos salários reais e o aumento da exploração é o caminho da recusa do pacto e da austeridade que engorda o capital à custa de quem trabalha.

O CC aponta a defesa da liberdade de acção e organização sindical nos locais de trabalho, do direito à greve sem restrições e da aplicação do controlo operário como objectivos de luta fundamentais para travar a recuperação capitalista e impedir a devolução das empresas aos sabotadores, as indemnizações escandalosas aos capitalistas e agrários e a chantagem crescente das multinacionais.

O CC aponta a todos os trabalhadores a defesa da liberdade de acção e organização sindical nos locais de trabalho, do direito à greve sem restrições e da aplicação do controlo operário como objectivos de luta fundamentais para travar a recuperação capitalista e impedir a devolução das empresas aos sabotadores, as indemnizações escandalosas aos capitalistas e agrários e a chantagem crescente das multinacionais.

O CC chama todos os trabalhadores a fechar fileiras debaixo da única via consequente, a da resistência e da luta e não a do recuo e da conciliação: só lutando se pode vencer, só na luta se podem defender as conquistas que na luta foram alcançadas!

O Governo do dr. Mário Soares, de cédencia em cédencia ao patronato reaccionário e ao imperialismo, tem-se esforçado por cumprir o papel que as próprias forças burguesas de direita lhe destinaram: vibrar os primeiros golpes nas conquistas populares, criar as condições para retomada do controlo da economia pelo grande capital e dividir o movimento sindical. As medidas contra a Reforma Agrária, a «liberalização» dos despedimentos, as indemnizações aos grandes capitalistas e agrários e as entregas de empresas intervencionadas aos patrões sabotadores, em preparação, a revogação da unicidade sindical e o apoio governamental à manobra cisionista da «Carta Aberta», al estão para o mostrar.

VIANA DO CASTELO

intimidação nos serviços municipalizados

O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados do Conselho de Viana do Castelo suspendeu 5 trabalhadores por terem participado juntamente com outros 50 trabalhadores numa reunião convocada pela Direcção do seu Sindicato.

Na quinta-feira passada, às ordens do Conselho de Administração 10 polícias armados e com rádios-móveis agiram sobre os trabalhadores suspensos para abandonarem as instalações.

Face a estas prepotências das autoridades «democráticas», os trabalhadores dos S.M. paralizaram, solidários com os seus camaradas de trabalho.

As tomadas de posição dos Sindicatos do Distrito têm-se sucedido em apoio aos trabalhadores suspensos e de denúncia do atentado às liberdades e direitos dos trabalhadores.

A escalada anti-democrática e fascista tem assim a resposta que merece: a unidade e a luta dos trabalhadores de Viana do Castelo.

Este exemplo da acção dos serventários do fascismo,

agora instalados nas Autarquias à custa do obscurantismo e intimidação sobre as populações (entre os elementos do Conselho de Administração dos S.M. de Viana está um «fiquirão» ex-saneado do J. Pimenta, o Licínio Araújo), ilustra bem a necessidade de nos mantermos vigilantes no combate anti-fascista!

MARINHA MERCANTE

AMPLAS LIBERDADES...

As amplas liberdades que reclama o PS têm destas:

No dia 14 de Fevereiro surgiu afixado em «placard» na delegação telegráfica de Lisboa, assinado pelo respectivo Conselho de Administração, o seguinte texto:

«Avisa-se todo o pessoal de serviço para que sejam retidos todos os telegramas cujo texto seja contrário aos propósitos da requisição civil na greve da Marinha Mercante.»

TRABALHADORES DA PANIFICAÇÃO CCT CÃ PARA FORA!

Os trabalhadores da Panificação continuam à espera do seu C.C.T., processo que se arrasta desde Junho de 1976. Já vão decorridos quatro meses que, como forma de luta pelas suas justas reivindicações, estiveram em greve (conforme o Poder Popular deu conta no seu número 52).

Essa greve, pela defesa de uma grande conquista — o horário diurno — e pela melhoria dos salários de fome que ainda se praticam no sector (4.000\$000 e 4.300\$000 em muitos casos), acabou então por ser suspensa em assembleia de trabalhadores devido a uma intervenção do Ministério do Trabalho que, já depois de haver lançado mão da calúnia para alarmar a opinião pública sobre os motivos da greve, se justificava dizendo estar daí a 8 ou 10 dias a saída de uma portaria de Regulamentação de Trabalho para o respectivo sector.

Mas quatro meses vão passados e da portaria é que não há notícia.

«E tudo isto para quê?» — pergunta a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Panificação, Produtos Alimentares e Afins. «Para proteger e permitir a mentira do patronato que diz não poder pagar os salários de miséria que a Comissão Técnica propôs já em Outubro de 1976.»

Assim, e para além de ter já realizado uma conferência de Imprensa no passado dia

9 do corrente, onde abordou esse retardamento por parte do Governo em publicar a Portaria prometida e ainda a especulação desestabilizadora por parte das associações patronais visando atibuir aos trabalhadores as responsabilidades para o aumento do preço do pão, a Federação, em Plenário realizado no último dia 8, aprovou um Plano de Acção que, entre outros pontos, inclui contactos com responsáveis do Governo e com Federações representativas de trabalhadores com problemas contratuais pendentes e C.G.T.P. — Inter-sindical Nacional, a fim de se criar um movimento unitário para prosseguimento e apoio em formas de luta.

Ficou ainda prevista a realização de plenários ou assembleias até ao fim deste mês para auscultar as posições dos trabalhadores e sobre as formas de luta a desenvolver.

Se até lá a Portaria não for ainda publicada, proceder-se-á à realização de novo Plenário da Federação no dia 2 de Março, a fim de se unificarem todas as posições dos trabalhadores a nível nacional e levá-las então à prática de imediato.

A determinação de luta dos trabalhadores da panificação parece assim assegurada. E desta vez fica claro que é o Governo que terá de decidir-se: nova pactuação com o patronato ou consagração legal das justas aspirações operárias?

SLEMES

Serviços de Livros e Edições do MES

COMBATER OS ERROS PARA QUE O MUP AVANCE

● Crítica à prática da UDP e do PCPr

OS ERROS QUE CONTRIBUEM PARA A ACTUAL DESMOBILIZAÇÃO

Todos quantos têm trabalhado (ou tentado trabalhar) nos GDUPs conhecem a prática de muitos elementos da UDP e do PCPr(R) que, confundindo acção proletária com mais modos e desrespeito pelos camaradas que não sejam da sua organização, confundindo a defesa das posições partidárias das organizações a que pertencem com sectarismo, tornam difícil, quando não impossível, o trabalho em conjunto e contribuem para a desmobilização de muitos camaradas. O desejo de ver triunfar as suas posições ou de fazer eleger os seus militantes levou muitas vezes ao atropelo dos processos democráticos de decisão — a título de exemplo lembramos a eleição irregular de direcções distritais (que viariam a ser repetidas, como aconteceu no Porto ou Évora), ou o modo como foram formadas e apresentadas certas listas para as autarquias (caso de Beja), ou ainda a forma como os activistas não afectos eram sistematicamente «esquecidos» quando se tratava de convocar alguma reunião importante.

Tudo isto tem alguma coisa a ver com a pouco brilhante situação organizativa que o MUP hoje apresenta: muitos GDUPs que se formaram por altura da campanha presidencial desmembraram-se, grande parte dos militantes sem partido que então apoiaram a candidatura revolucionária estão hoje desmobilizados ou afastaram-se.

Muitas estruturas intermédias não funcionam ou estão desligadas dos GDUPs e incapazes de qualquer papel de direcção. Basta apontar, como ex. que a Comissão Distrital de Lisboa (aliás, estrutura quase integralmente composta por militantes da UDP ou do PCPr(R) não tem actualmente capacidade sequer para organizar uma escala de permanências e manter a sede aberta diariamente...

Em vez de consolidação organizativa, assistimos hoje a paralisação e desmobilização.

MUP-FRENTE DE MASSAS DO PCPr(R) A CONCEPÇÃO QUE ORIGINA UMA PRÁTICA CONTRÁRIA À UNIDADE

Mas seria erro crasso pensar que as acções incorrectas dos militantes da UDP e do PCPr(R) resultam de deficiências individuais. Pelo contrário: são as concepções que a UDP e o PCPr(R) têm acerca da natureza e funções do MUP que determinam as acções por nós aqui criticadas.

De facto a UDP sempre acalentou o objectivo de instrumentalizar os GDUPs à sua estratégia, o que significa fazer do MUP a Frente de Massas do seu Partido reconstruído.

Este projecto (até agora confessado...) surge claramente em afirmações da «Voz do Povo» (que curiosamente até é o órgão da UDP...). Citamos a seguinte (v.p. de 30 de Dez.):

«A UDP não exclui, naturalmente, a hipótese de no futuro se poder vir a integrar completamente numa frente popular de massas (...). Isso só poderá, no entanto, suceder se essa frente for revolucio-

nária e fundamentalmente se tiver a direcção da classe operária organizada no seu partido». Fica aqui claro qual o papel que segundo a UDP, caberia ao PCPr(R) no MUP — a direcção.

Mas mais importante do que as declarações da «VP» é a prática da UDP no seio do MUP. Analisemo-la, pois, sumariamente:

O grande peso numérico dos militantes da UDP entre os activistas dos GDUPs garante-lhe, só por si, um papel de relevo no trabalho a desenvolver.

Porém, a UDP não se satisfaz com uma posição importante desde o aparecimento dos GDUPs, a sua prática mostra que queria dirigir, controlar, fazer dos GDUPs estruturas «suas».

A isto se opunha um importante factor: a UDP estava em minoria no órgão máximo de direcção dos GDUPs — a CNUP.

Nesta situação a UDP não hesita em comprometer o trabalho em curso: lança entre os seus militantes a palavra de ordem de «fogo sobre a Nacional!»

É neste período que ao mesmo tempo que as direcções distritais (quase todas de maioria UDP) boicotam sistematicamente as directivas da Nacional está a sucessivamente acusando (sobretudo por essas mesmas direcções e GDUPs afectos à UDP) de incapacidade de direcção, falta de ligação às massas, etc. (a título de ex. lembramos as sucessivas recusas ou boicotes das campanhas de fundos que visavam pagar as despesas da campanha para as presidenciais, lembramos a recusa ou boicote à distribuição de comunicados e outras publicações da CNUP incluindo o próprio boletim central «A Luta Continua», lembramos finalmente a tentativa de desconvoar a grande manifestação a Caixas quando da prisão de Oteio).

UM EXEMPLO

Para as próximas eleições da Assembleia de Representantes do Instituto Superior de Economia, a Direcção da Associação de Estudantes apresentou em plenário de GDUP uma proposta de lista.

O GDUP deu-lhe o seu apoio por maioria, apesar de elementos afectos à UDP se terem demarcado desta posição.

No dia seguinte, por altura da apresentação pública das listas, a UDP desferiu o seu golpe: apresenta uma lista partidária sua, em concorrência com a lista que obtivera o apoio do GDUP do ISE!

Durante todo este período a principal preocupação da UDP prende-se com a conquista da Direcção Nacional, custe o que custar. A pressa é tanta que pretende realizar de imediato o Congresso dos GDUPs, pouco lhe importando que não haja um recenseamento organizado ou que nas bases não tenha havido qualquer discussão acerca da natureza, programa e estatutos da organização a criar. O que é natural, já que a pressa da UDP não está em lançar o debate, em criar o MUP, mas em tomar a sua di-

recção! E para este objecto importante não é a profundidade da discussão, não é a representatividade dos delegados, não é a democratização dos processos — o que interessa é reunir um qualquer congresso que formalmente dê cobertura a esta manobra. O adiamento do congresso então decidido continua a servir de pretexto às mais ridículas acusações — transcrevemos do «Bandeira Vermelha» de 29 de Dez.: «O MES e os chamados independentes (...) com a sua política sem princípios, oscilando permanentemente entre o revisionismo e a revolução (...) conseguiram adiar sucessivamente a realização do Congresso do MUP, impedindo que ele adquirisse a estrutura e funcionamento adequados às grandes tarefas que se lhe colocavam, em particular a batalha das autarquias». E a «VP» de 23 Dez. acusa «os que adiaram ao máximo o nascimento do MUP» de o terem feito «a fim de que o partido do dr. Álvaro Cunhal montasse os andames da Frente Povo Unido».

NO CONGRESSO A UDP E O PCPr(R) TIVERAM DE CEDER MAIS UMA VEZ

Entretanto o Congresso dos GDUPs viria a realizar-se nos dias 19, 20 e 21 de Novembro.

A UDP e o PCPr(R) dispunham da maioria absoluta dos votos. No entanto não elegeram a «sua» direcção; e no que diz respeito ao programa e mesmo aos estatutos tiveram de fazer importantes concessões. Porquê?

A UDP compreendeu que a sua hegemonia em termos absolutos significaria nem mais nem menos do que a morte do MUP à nascença. O MES fez-lhe, na altura, sentir isso; também muitos partidários e o próprio Oteio fizeram sentir que não colaborariam num MUP dominado pela UDP, convertido em Frente de Massas do PCPr(R).

A UDP e o PCPr(R) fizeram concessões, mas não estavam dispostos a cumpri-las. Apenas um exemplo: o Congresso definiu o MUP como «Movimento Político de Massas, de carácter unitário, com estrutura e direcção política próprias», o que representou uma cedência por parte destas forças. Pois no próprio Congresso, o principal dirigente do PCPr(R) viria a afirmar que o «MUP é uma Frente de Massas, sejam quais forem as palavras utilizadas para o definir».

Também quanto à composição da CNUP, a UDP e o PCPr(R) se viram obrigados a prescindir da maioria absoluta; embora ficando fortemente representados: 23 nos 50 elementos eleitos, mais 2 como representantes partidários (tal como o MES e a BASE) o que significa 25 em 56. Estas percentagens viriam a ser transportadas para o Secretariado, onde contam com 5 em 11 elementos.

Deste modo, a UDP e o PCPr(R), ao menos transitoriamente, viram frustrados os seus projectos de ter no MUP um instrumento dócil. Tanto a nível da CNUP como do secretariado várias vezes as suas posições foram derrotadas, sendo obrigados, no mínimo, a aceitar fórmulas de compromisso.

Esta a razão da fúria crítica patente nas posições expressas através dos seus órgãos «VP» e «BV». Os chavões utilizados são por de mais conhecidos: sempre que as suas po-

sições são derrotadas, trata-se de «vitória de posições pequeno-burguesas inimigas da Unidade Popular e que visam impedir que a classe operária tenha a direcção do MUP».

A RECUSA DE ADMISSÃO FORMAL DO PCPr(R)

O desespero atinge o auge por ocasião da recusa, pela CNUP, da admissão formal do PCPr(R) nas estruturas do MUP.

Esta era uma questão de importância fundamental para a UDP e para o PCPr(R). Em primeiro lugar porque significava o reconhecimento público do PCPr(R) pelo MUP e um passo importante na realização da tática de há muito definida (reconstrução do partido, seguida da criação da sua frente de massas) e que passa pela instrumentalização do MUP ao PCPr(R). Em segundo lugar porque esta admissão formal significaria mais dois elementos seus na CNUP.

Os comentários do «BV» de 29 de Dezembro exprimem o desespero de quem vê falhar um plano meticulosamente posto em prática. Depois de afirmar que a rejeição da admissão formal do PCPr(R) representava «o ponto de vista dos reaccionários obstinados nos seus ataques ao PCPr(R) e à força real das massas», o «BV» afirma:

«Segundo o curso de toda a vida política dos GDUPs facilmente se toma consciência dos prejuízos enormes causados pela actividade dos seus inimigos internos. (...) estas correntes oportunistas fizeram uso do seu último recurso: no dia 26 tentaram impedir a entrada formal do partido para as estruturas do movimento através de uma votação. Com isto só demonstraram mais uma vez que estão divorciados da própria realidade da luta de massas e que estão cegas por um anticomunismo de tipo primário. A conciliação com o PS e com a FEPU teve agora o seu ponto mais alto com esta tomada de posição contra o partido: Cunhal deve estar a esfregar as mãos de contentamento».

Mas não ficam por aqui as reacções à decisão da CNUP. Para cúmulo é um órgão do MUP — a Comissão Distrital de Lisboa — que, em comunicado, vem afirmar a sua concepção de que o MUP nada é sem o PCPr(R) citamos: «A C.D. decide: (...) 3. Reconhecer que sem o PCPr(R), o MUP não poderá avançar de uma forma consequente e decidida nem levantar o seu programa como uma alternativa que sirva os interesses do nosso povo».

CONCLUINDO

O que fica dito impõe duas conclusões fundamentais:

Em primeiro lugar a de que a perspectiva em que se colocam actualmente a UDP e o PCPr(R) dificulta o trabalho unitário. As constantes tentativas de colar o MUP ao PCPr(R) reduzem-lhe drasticamente a base de apoio e o poder de mobilizar. Transformar o MUP na frente de um partido significa matar o projecto da unidade popular.

Em segundo lugar impõe-se a conclusão de que denunciar, combater e derrotar estas concepções é condição para a própria subsistência do MUP como instrumento apto a contribuir para erguer a resistência vitoriosa à ameaça fascista, recuperação capitalista e ingerência imperialista.



Em 22 de Janeiro reuniu pela terceira vez em plenário, a Comissão Nacional de Unidade Popular.

Foi aprovada uma resolução sobre a «situação política e as tarefas do M.U.P.». Como sua concretização foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes directivas:

— Mobilizar os trabalhadores contra a carestia da vida: intensificar nas empresas e nas fábricas a luta pela saída dos C.C.T. e contra o desemprego.

— Apoiar a organização revolucionária dos moradores, incentivar a organização dos ocupantes contra os despejos; criar um amplo movimento contra o decreto de descolamento das rendas de casa.

— Promover uma grande campanha antifascista e anti-imperialista contra a liberdade e as penas que estão a ser aplicadas aos «pides», denunciar o regresso dos patrões e dos fascistas que preparam um golpe; exigir a demissão de Pires Veloso e a prisão de Mota Freitas e de todos os bombistas. Desenvolver acções de solidariedade com os povos que lutam contra o fascismo (Espanha, Brasil, América Latina) exigir a saída da N.A.T.O. e o fim das bases está-angeiras em território nacional.

— Denunciar as actividades dos separatistas nos Açores e na Madeira com a cobertura dos Governos P.P.D. locais.

— Realizar uma semana de luta contra a vida cara e o fascismo, de 4 a 11 de Março, desenvolvendo acções de massas locais.

NOVAS EDIÇÕES

Entretanto, saiu o n.º 4 do boletim «A Luta Continua» que divulga as principais decisões dos órgãos de direcção do M.U.P. desde o congresso.

Saiu também o livro sobre o congresso que, para além do relatório da CNUP.U.P. e saudações das organizações apoiantes, inclui o programa e estatutos do M.U.P.



CRISE NA INFORMAÇÃO Alegre diz que a culpa é dos trabalhadores!

Os trabalhadores portugueses assistiram pela TV, no dia 6 de Fevereiro a mais um juramento de fidelidade do dr. Mário Soares aos interesses capitalistas dos partidos da direita e do imperialismo.

Pela boca do secretário de Estado Manuel Alegre, o Governo mostrou-nos como se serve a direita, se reprime os trabalhadores e se dá a impressão de fazer exactamente o contrário.

Manuel Alegre veio dizer à TV que a Imprensa estilizada está em crise e que a culpa é dos trabalhadores... que até tiram escolas às crianças (argumento que nem sequer é original porque repete Veiga Simão quando acusava os estudantes universitários antifascistas de tirarem o leite aos filhos dos trabalhadores). Disse também Manuel Alegre que a Imprensa privada que é boa e a que garante a liberdade de Imprensa, avalizando assim os meios reaccionários e fascistas como «A Rua», «O Tempo» ou o «Jornal Novo».

Para Manuel Alegre e para o Governo de conciliação do dr. Mário Soares a solução da crise é despedir os trabalhadores, suspender os C.C.T.s e as regalias neles consignadas. Enfim, na linha da política governamental que o Mes tem repetidamente denunciado, fa-

zer com que sejam os trabalhadores a pagar — a crise.

Para o M.E.S. é bem claro que o ataque aos trabalhadores da Imprensa estilizada tem outras origens. Ele é parte integrante da ofensiva da burguesia pela recuperação capitalista, calando os que a podem denunciar.

Mas para o M.E.S. é também claro que os trabalhadores da Informação não se deixarão intimidar pelas ameaças de Manuel Alegre.

Pelante a necessidade evidente de reestruturar a Imprensa o M.E.S. defende que essa reestruturação terá de levar em conta os interesses e a vontade dos trabalhadores e a necessidade de se garantir os seus postos de trabalho.

É aliás este o caminho seguido pelos trabalhadores do «Século» que em plenário exigiram a participação dos Sindicatos do sector e de representantes eleitos dos trabalhadores na comissão de reestruturação da Imprensa ao mesmo tempo que repudiava as medidas anunciadas por Manuel Alegre. Só a organização dos trabalhadores nas suas empresas poderá garantir a vitória da luta de resistência contra a recuperação capitalista nos órgãos de Informação.

UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA!



A PERSPECTIVA DOS REVOLUCIONÁRIOS

Continuação da pág. 5

D — LEI SINDICAL

A discussão e votação do projecto de Lei Sindical veio mais uma vez mostrar a justeza das posições dos sindicalistas revolucionários, que lutando pelas alternativas propostas, na votação na especialidade, pelo Sindicato dos Têxteis e partindo de posições minoritárias, chegaram a vencer votações batendo os reformistas e as suas posições conciliatórias.

De facto, tendo vindo a chamar para o seu lado um número cada vez maior de delegados nas sucessivas votações, os revolucionários conseguiram ver triunfar as seguintes alternativas, cuja importância é evidente:

«... É garantido pela presente lei, e no desempenho das suas tarefas, à comissão sindical de empresa, ou na sua falta, aos delegados sindicais, o direito de:

a) Obter esclarecimentos ou investigar directamente todos e quaisquer factos que se repercutam sobre os trabalhadores, quer sob ponto de vista económico, quer sob as suas condições de trabalho ou quaisquer outros que os afectem.

b) Fiscalizar e acompanhar as fases de instrução dos processos disciplinares.»

E ainda: «Para o desempenho das suas funções, a comissão sindical de empresa tem o direito de circular livremente no interior da empresa, unidade de produção ou serviço, depois de comunicar ao respectivo responsável.»

E de realçar também a forma como foi defendida a verticalização por um delegado dos Têxteis que entre outras coisas, afirmou:

E — ELEIÇÃO DO SECRETARIADO

A eleição do Secretariado, obrigatoriamente feita nas mesmas condições que a anterior

«A verticalização, camaradas, vai dar-se; e ou é verticalização dos trabalhadores e da unidade, ou será a que melhor puder servir aos patrões e ao domínio do imperialismo sobre o nosso País. A verticalização, camaradas é feita por nós ou será feita com base na divisão e não na séria discussão entre todos os trabalhadores sobre a forma correcta de ir efectuando, na unidade e na democracia (dos trabalhadores e não dos burgueses) a necessária transformação das estruturas sindicais.»

Não se pode fazer a análise desta parte do Congresso sem referir mais uma vez a natureza capitulacionista da linha reformista, vigorosamente denunciada pelos delegados revolucionários e que ao demitir-se de lutar pela unicidade e consequente proibição dos Sindicatos paralelos pela Lei Sindical abdicou da luta contra a cisão do Movimento Sindical e o aparecimento de outra ou outras centrais sindicais.

Por outro lado devem ser denunciados os atropelos cometidos ou consentidos pela Mesa. Às mais elementares regras de democracia, como por exemplo:

— O aparecimento à última da hora sob forma de errata de alterações substanciais ao projecto inicial da Lei Sindical;

— A contagem dos votos feita com base no número total de delegados e não contando apenas aqueles que no momento da votação se encontravam presentes na sala. Este «método» original prejudicial, obviamente, os sindicalistas revolucionários. Segundo a Mesa, «votaram» contra as suas posições os delegados que não estavam presentes na altura...

posição de forças que a C.N.O.C já continha. E se, na mira da «maioria de esquerda», as portas do Secretariado se abriram para elementos afectos ao P.S., elas foram igualmente forçadas pela corrente sindical revolucionária em número mais significativo.

Assim, dispondo o P.C.P. do controlo ou influência sob cerca de dois terços dos membros do Secretariado será difícil aos revolucionários evitarem que a acção seja orientada para a negociação do pacto social com a burguesia que os reformistas se preparam para fazer.

No entanto, importa referir que a corrente revolucionária reforçou a sua presença no Secretariado de forma significativa e que lhe permitiu bater-se com vigor, e com base alguns importantes pontos estatutários ou programáticos que conseguiu fazer aprovar no Congresso, por um sindicalismo de classe na luta contra a exploração capitalista e a ingerência imperialista.

Ainda a propósito do Secretariado há a referir que a linha maioritária da C.N.O.C. permitiu a integração na lista e consequente eleição de um elemento afecto ao P.S. do Sindicato dos Redoviários do Porto que no Verão de 75 teve uma participação activa no incêndio da União dos Sindicatos do Porto. E permitiu de igual modo que fosse eleito outro elemento que nos Açores colabora oficialmente com o Governo Regional P.P.D. Este último é afecto ao partido que através do jornal Tribuna Operária tenta catapultar para o interior do movimento sindical as suas posições. Partido que, curiosamente, tomou a iniciativa da denúncia do elemento dos Redoviários atrás citado...

Antes de terminar esta análise ao desenrolar do Congresso dos Sindicatos cabe uma breve referência ao modo como correu a sessão de encerramento.

A posição reformista dominante expressa através da C.N.O.C. esforçou-se, com um êxito considerável, por dar uma aparência de democracia ao desenrolar dos trabalhos. E de facto não aconteceu nenhum caso como o passado no plenário de Sindicato que

aprovou o regulamento do Congresso, em que o representante do Sindicato dos Têxteis do Sul ao ler uma declaração de voto contrário foi interrompido com apupos e assobios.

Todavia, à medida que as sessões iam decorrendo e nomeadamente quando a linha maioritária da C.N.O.C. sentia de alguma forma ameaçadas as suas posições, apareciam os inevitáveis golpes. Se eles se fizeram notar numa das últimas sessões de maneira mais sensível (a propósito da Lei Sindical, como referimos atrás), na sessão de encerramento a forma como a Mesa seleccionou, censurou e ordenou as moções apresentadas mereceu vivo repúdio por parte de alguns delegados. E de referir, por exemplo, o caso de uma moção sobre reestruturação do movimento sindical apresentada pelo Sindicato dos Corticeiros do Norte que foi simplesmente ignorada. E como está, muitas outras foram vítimas da censura da Mesa ou dos serviços de «apolo».

Porém e para além de tudo isto os revolucionários sabem que o campo onde tudo se acaba por decidir não é o da elaboração de documentos, por muito importantes que estes sejam. Será nas fábricas, nos campos, nas empresas que a luta contra a exploração se decidirá.

«Ai se verá a justeza das posições defendidas.»

«Ai se verá quem, abraçando os trabalhadores, desprezando as suas lutas, ignorando documentos e comprimidos assumidos, negociará com a burguesia o modo desta manter a exploração.»

«Ai se verá quem representará o triste papel divisionista, colocando-se objectivamente ao lado dos mais ferozes inimigos do Movimento Sindical e dos trabalhadores.»

«Ai se verá finalmente, quem, de acordo com documentos aprovados em Congresso que apontam um sindicalismo de luta contra a recuperação capitalista e a ingerência imperialista, se baterá consequentemente, sem tibiezas nem conciliações contra os inimigos de classe dos trabalhadores estejam eles na administração de uma multinacional ou nos gabinetes dos ministros Barreto ou Marcelo Curto.»

ALEMANHA FEDERAL denunciemos a repressão social-democrata

A Fundação Bertrando Russel para a paz, tornou público um apelo para o apoio à criação dum tribunal Russel contra a repressão na Alemanha Federal. Personalidades e organizações políticas de toda a Europa Ocidental vêm desenvolvendo esforços para denunciar a repressão política da social-democracia alemã, a exemplo do que foi feito sobre o Vietnã, Brasil, Chile, Portugal, etc.

No país da social-democracia tornou-se insuficiente o controlo da Imprensa e dos sindicatos pelos grandes grupos financeiros e revelou-se necessário uma maior repressão política de que é prova evidente a quase clandestinidade com que actuam os revolucionários neste país.

Efectivamente milhares de operários, sindicalistas e intelectuais têm ido vítimas da «liberdade» que rege este país. O simples facto de ter participado numa greve ou manifestação não controlada pelos sindicatos é pretexto para ser despedido e não mais arranjar emprego. A Polícia política deste país, o mais fiel aliado do imperialismo americano na Europa, tem arquivado todos os promotores da vida dos cidadãos e seguindo os novos métodos científicos, submete os presos políticos a requintadas torturas psíquicas.

Os comunistas e revolucionários portugueses não se admiram com esta realidade. Estamos lembrados do apoio da social-democracia alemã à contra-revolução em Portugal, das cimeiras da Internacional Socialista, enfim da mais descarada ingerência nos assuntos do nosso País. Assim como não esqueçamos o papel da R.F.A. na dependência económica e a chantagem política a que está submetido cada vez mais o nosso País.

O apelo da Fundação Bertrand Russel não deve ficar sem resposta! Urge denunciar em Portugal, como nos outros países, a repressão e o autoritarismo da social-democracia alemã que, não nos esqueçamos é o mais forte apoio internacional da política actual do Partido de Mário Soares.

FRANÇA O C T promove listas unitárias

Três organizações políticas francesas, «Liga Comunista Revolucionária» (L.C.R.), «Luta Operária» e a «Organização Comunista dos Trabalhadores» (esta última formada em 5 de Dezembro pela fusão das organizações comunistas «Esquerda Operária e Popular» e «Revolução») publicaram uma declaração comum onde se propõem constituir listas conjuntas de candidatos revolucionários sob a sigla «Pelo Socialismo, o Poder aos Trabalhadores» para as eleições municipais que terão lugar na Primavera próxima.

Apesar das divergências, estas organizações avançam para uma unidade de acção, conscientes da necessidade de afirmar uma alternativa revolucionária à União da Esquerda (P.S. e P.C.F.) e ao Governo da burguesia.

Com a plataforma política acordada estas organizações procuram chamar a si todos os que se reclamam do combate anticapitalista e ao mesmo tempo, contribuir para uma possível unidade da esquerda revolucionária, pois como diz o manifesto de formação da O.C.T.: «não há melhor fio condutor para o confronto e o debate que as lições tiradas de uma prática comum.»

ANGOLA O 4 de Fevereiro



Treino militar da Organização da Mulher Angolana

O ataque em 4 de Fevereiro de 1961 à fortaleza-prisão da Pide em Luanda, marcou o início da luta armada de libertação, não só do povo angolano, mas também de todos os povos africanos oprimidos por séculos de exploração.

Se o 4 de Fevereiro abriu a era da verdadeira libertação dos povos africanos, ultrapassando a fase das independências fáceis e fictícias, está também ligado ao 25 de Abril em Portugal e à luta do nosso povo contra a exploração e a opressão. E por isso uma data importante na luta dos trabalhadores portugueses.

Vencida que está hoje, pelas novas nações africanas, a batalha de libertação do colonialismo, novas batalhas se avizinharam contra o capitalismo e o imperialismo na África Austral. E se em Portugal o poder não está, como em Angola, Moçambique e Guiné, ao serviço da luta dos explorados e oprimidos nem por isso o inimigo deixou de ser o mesmo.

Veja-se, por exemplo, o atentado bombista contra a sede do Comité 4 de Fevereiro, ligado ao MPLA, e reivindicado por uma organização colonialista.

«Lá como cá, A LUTA CONTINUA! A VITÓRIA É CERTA!»

LUTA ESTUDANTIL vitórias em S. Pedro do Sul, Oliveira de Azemeis, Alverca e Caldas

Na Escola Secundária de Estremoz, na Técnica de Oliveira de Azemeis, Alverca e Caldas da Rainha, e na Secundária de S. Pedro do Sul venceram nas recentes eleições para as respectivas A.A.E.E. — listas de combate antifascista e à reconversão capitalista.

De realçar a importância política das vitórias em Estremoz, Oliveira de Azemeis e Alverca já que são Associações todas elas integradas na COMORG da UNEP.

NO BARREIRO E NO PORTO, A UEC PERDE PARA OS FASCISTAS

Por outro lado em duas escolas onde as posições reformis-

tas da UEC dominavam há muito as respectivas Associações — no Liceu Nacional do Barreiro e da Escola Técnica Oliveira Martins (Porto), venceram listas de direita.

Se esta derrota da UEC denuncia a sua própria incapacidade de motivar e mobilizar largas camadas da juventude estudantil, não deixa igualmente de pôr a nu que o reforço das forças fascistas em muitas escolas é uma realidade.

NO ENSINO SUPERIOR: ELEIÇÕES PARA A A.E DE DIREITO

Candidatando-se oito listas para a Associação de Estudantes de Direito de Lisboa, aparecendo as forças democráticas

divididas numa escola onde as forças de direita estão, desde há muito, organizadas, fácil seria prever a vitória da «juventude» do P.P.D. No entanto, um facto positivo: as forças progressistas e democráticas obtiveram a maioria dos votos. O que levanta uma questão muito séria aos revolucionários, a da unidade com as forças democráticas, quando e onde o inimigo principal aparece claro — as forças fascistas e fascizantes.

PRIMEIROS RESULTADOS PARA AS ASSEMBLEIAS REPRESENTANTES

Começam agora a conhecer-se os primeiros resultados

das eleições para a Assembleia de Representantes nas Escolas Superiores.

De realçar que a prática vem confirmando aquilo que afirmámos: existem largos sectores que querem exprimir através do seu voto nas listas dos progressistas e revolucionários que estão contra o decreto!

Mesmo em escolas como a Faculdade de Letras de Lisboa, ou nas várias Escolas Superiores do Porto e Coimbra, os revolucionários ficam a dispor nas respectivas Assembleias de Representantes de força suficiente para continuar — também ali — a luta pela democracia nas escolas.

PETROGAL

O capital tenta recuperar as empresas nacionalizadas

A PETROGAL é uma Empresa Pública de 6.200 trabalhadores, resultante da fusão das quatro empresas nacionalizadas do sector de refinação de petróleo e distribuição de produtos refinados Cidra, Petrosul, Sacor e Sonap. Contando com mais de duas dezenas de instalações industriais e de serviços desde o Porto até Faro e Porto Santo, entre as quais as Refinarias de Lisboa e Porto e a futura de Sines, a PETROGAL possui uma organização de trabalhadores assente em 7 Representações de Zona (órgãos intermédios) que formam o Plenário Nacional de Representantes, e numa Comissão Central permanente, funcionando em Lisboa.

No final de Novembro do ano passado, um comunicado dos trabalhadores petrolíferos do MES denunciava a situação criada nesta Empresa Pública por decisões do respectivo Conselho de Gerência. Assim, dava-se conta de um inquérito disciplinar ordenado a 30 trabalhadores da instalação da Matinha, que haviam simplesmente levado à prática uma decisão do seu Plenário de Representantes, saindo da instalação em viaturas da empresa nas quais haviam sido colados cartazes denunciando a «indemnização» de 1.000 contos paga pelo Ministro da Indústria ao ex-administrador corrupto Manuel de Castro. Confrontado com uma posição firme destes trabalhadores, o Conselho de Gerência acabaria por suspender o inquérito.

O comunicado referia ainda a decisão, tomada pela Gerência em 17 de Novembro, de expulsar os representantes dos trabalhadores das reuniões dos órgãos de gestão (Conselhos de Gerência e de Directores). Visando assim liquidar uma importante conquista de controle operário. Significativamente, na sua primeira reunião sem a presença de observadores dos trabalhadores, o conselho de Gerência viria a ordenar a reintegração imediata do fascista Azeredo Leme, saneado por decisão do Conselho da Revolução após o 11 de Março, dado pertencer ao ELP (Poder Popular» de 21.7.76).

De Novembro até ao presente, outras decisões foram tomadas que demonstram estar-se perante uma escalada intimidatória e repressiva da direcção da empresa e dos órgãos de poder, visando quebrar a resistência dos trabalhadores e a sua capacidade para controlar a vida de um sector industrial fundamental.

INDEMNIZAM-SE CORRUP- TOS. REINTEGRAM-SE OS FASCIS- TAS. PROCESSAM-SE OS TRABALHADORES...

Foi assim que os inquéritos, entretanto suspensos, aos trabalhadores da Matinha acabaram por se transformar em processos disciplinares. Torna-se, assim, claro que, para a Gerência da PETROGAL, nada há a opor à recompensa a um ex-administrador corrupto, mas se, devem castigar trabalhadores íntegros por denunciarem tal recompensa. Acrescenta-se que o corrupto Manuel de Castro se transferiu para Paris (aliás sede dos negócios do capitalista Bulhosa), de onde mandou processar judicialmente onze membros da Interim Com. Central de Trabalhadores, «por difamação e injúrias». Surgida nesta altura, a acção judicial do Castro é geralmente considerada como mais uma acção calculada para «entretar» e intimidar a or-

ganização de trabalhadores da empresa.

Seguindo de perto a reintegração do ELP Azeredo Leme, uma comissão especializada do Conselho da Revolução, a que preside o major Canto e Castro, ordenou a reintegração de um informador da LP (João Alexandre), um graduado da mesma organização (coronel Abílio Ferro, Coimbra) e onze membros da FAC (Força Automóvel de Choque), agrupa- mento especial de oficiais da LP, que desempenhavam na sua maioria, cargos elevados na ex-Cidra de Cazal Ribeiro. Todos estes FAC's eram elementos destacados da Legião, comandantes de lança na maioria, com variadas distinções e medalhas de ouro e prata.

Assinala-se que o Conselho de Gerência cumpriu portanto esta ordem de Canto e Castro, embora pudesse ter agido de outra forma, à semelhança do que já aconteceu em outras empresas nacionalizadas.

ATAQUES AO CONTROLE OPERÁRIO

A expulsão dos delegados dos trabalhadores das reuniões dos órgãos de gestão foi apenas o mais grave de diversos actos, tendentes a impossibilitar o exercício do controle operário. Sobre as razões de tal decisão, a Gerência limitou-se a dizer que não existia qualquer disposição legal que obrigasse à presença de trabalhadores nas suas reuniões. E o então ministro da Indústria Walter Rosa afirmaria à C.C.T., que os representantes dos trabalhadores no Conselho de Gerência poderiam incluir «espeços a soldo de potências estrangeiras».

Assinalando o descaramento deste ex-ministro, alguns trabalhadores, comentam que a expulsão dos trabalhadores, pelo menos, o efeito de esconder a voz de Bulhosa (ex-patrão da Sonap e Petrosul) nas reuniões da direcção da empresa.

Entre outras acções limitadoras do direito ao controle dos trabalhadores, a Gerência tem reduzido o volume de informações sobre a gestão e acenado com o estrangulamento financeiro da organização de controle operário, embora não haja hesitado em pagar mais de 5.000 contos em «indemnizações» e retroactivos aos corruptos e fascistas reintegrados.

A ENCENAÇÃO LEGALISTA

Todos estes actos repressivos e intimidatórios vão de par com longos Despachos e Ordens de Serviço justificando legalmente tais actos. De um modo geral, este paleo jurídico encobre posições abertamente reacção e claras ameaças.

A montagem da encenação legalista, não é estranha a ad-

missão recente de juristas exteriores à empresa, com um significativo passado monárquico e corporativo. De inspiração corporativa é, de resto, a proposta de Acordo Colectivo de Trabalho para a Petrogal apresentada recentemente pela Gerência, na sequência de um despacho governamental autonomizando a negociação da contratação colectiva da empresa relativamente ao CCTV da Indústria Química. Remetendo a maior parte das cláusulas para a lei e considerando a proposta dos Sindicatos (aliás apresentada primeiro) como não válida, a Gerência pretendia no fundo resolver a questão pela via administrativa.

A acção dos Sindicatos levou, no entanto, a uma primeira vitória: as negociações para o A.C.T. da Petrogal iniciam-se brevemente, com base na proposta sindical.

A PACIÊNCIA ESGOTA-SE

Em 19 de Janeiro, em Plenários de Zona realizados em todo o país, os trabalhadores da PETROGAL tomavam finalmente uma posição de conjunto, aprovando uma Proclamação e decidindo uma paralização-aviso de 1 hora a nível nacional. Realizada no dia 24, a paralização teve adesão praticamente total nas instalações industriais e adesão parcial nas instalações administrativas, conforme havia sido previsto. No mesmo dia, mais de mil trabalhadores da zona de Lisboa concentraram-se junto da sede da empresa, exigindo «Fim à repressão ou demissão!».

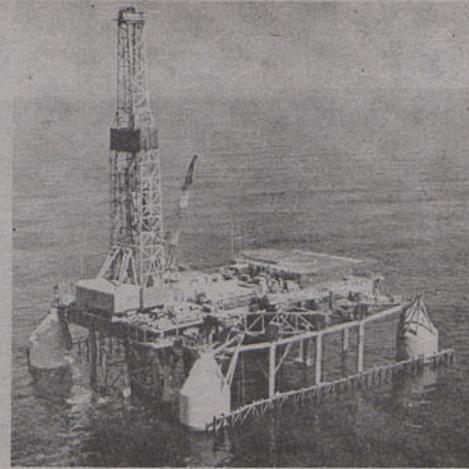
O QUE SE JOGA NA PETROGAL?

O Conselho de Gerência que agora lança intimidaciones e ataques ao controle operário é o mesmo que, há alguns meses, engraxava as botas da organização de trabalhadores, elogiando a sua «maturidade política». A tradição do oportunista Gomes Mota (que, depois da Sacor, conseguiu um tacho na TAP) parece, pois, ter criado raízes no sector petrolífero nacionalizado.

Entretanto, o que se joga na PETROGAL ultrapassa o oportunismo pessoal dos gerentes, para envolver o futuro do sector nacionalizado e o que as forças de recuperação capitalista e do imperialismo pretendem que ele seja.

Nunca, até ao presente, quis o Conselho de Gerência definir para além de alguns princípios gerais, os objectivos da Empresa Pública, a nível global e sectorial, objectivos que demarcassem da gestão do sector petrolífero antes da nacionalização.

É assim que encorajado pela política seguida pela gerência, o espírito de grupo (Sonap, Sacor) persiste no seio de muitas Direcções, tal como se manifesta no seio da própria Gerência. Em certos sectores, verifica-se, da parte de quadros superiores, uma resistência à reestruturação da empresa, em



nome da «autonomia» e da «descentralização». É o caso da Direcção do Projecto da Refinaria de Sines, (ex-Petrosul), cujos responsáveis se esforçam por não se desviar da orientação original definida sobre os interesses Sonap/UCF. E, assim, a selecção de pessoal para a Refinaria obedece a critérios políticos (prioridade tática a pessoal retornado das Ex-colónias), enquanto que, na formação do pessoal admitido, não há lugar para o espírito da Empresa Pública Petrogal, mas se conti-

nua a falar de «Refinaria da Petrosul» e se encorajam posições contra a reestruturação e a organização de trabalhadores. Na verdade, tem sido a organização de trabalhadores quem tem alertado para pontos obscuros da construção da Refinaria de Sines, tais como a falta de controle da obra e da acção dos empreiteiros (permitindo que fascistas como o patrão da Mecanomar desestabilizem o ambiente do estaleiro) e ao agravamento dos custos da obra resultante de atrasos (de 1975 a 1976, a esti-

mativa do custo global da construção aumentou em 2 milhões de contos!).

É, assim, fácil de concluir que as acções recentes da direcção da PETROGAL visam impedir os trabalhadores de controlar a segunda fase da reestruturação da empresa que em breve se iniciará, e que obedecerá já claramente ao programa de recuperação capitalista da empresa e do sector nacionalizado. Que os trabalhadores controlem a sua acção, é algo que os capitalistas e tecnocratas só aceitam se a isso forem obrigados. «Eles ficam desorientados quando vêm os operários a mexer em papéis», diz-nos um trabalhador da Refinaria do Porto.

Para a defesa do controle operário e dos seus direitos, os trabalhadores da PETROGAL sabem entretanto, que não podem isolar-se na sua empresa. Pois os problemas que agora enfrentam são comuns a todo o sector nacionalizado. Os encontros de Comissões de Trabalhadores de empresas nacionalizadas, já realizados, para discussão da situação na PETROGAL foram portanto iniciativas importantes. O conhecimento do que se passa nesta Empresa Pública e a luta dos seus trabalhadores são um estímulo ao reforço da coesão e da vigilância dos trabalhadores de todo o sector nacionalizado, na luta contra as forças que visam colocar este sector ao serviço da recuperação dos mecanismos de exploração e opressão do povo português.

CORTACOR

Sabotagem dos patrões

Na CORTACOR, empresa que se dedicava à fabricação de produtos de cortiça, empregando pouco mais de 400 trabalhadores, e com uma produção destinada 75 por cento a 80 por cento ao mercado externo, declarou-se em Maio de 1975 um incêndio nas instalações fabris que ficaram completamente destruídas.

Conforme foi testemunhado na altura esse incêndio teve 4 pontos de foco, todos eles apontados uns aos outros. Pelas suas características portanto, o sinistro fora provocado. E o que é curioso é o facto de 3 meses antes ter a administração da fábrica actualizado os respectivos contratos de seguros.

Logo então o patronato afirmou estarem garantidos os interesses dos trabalhadores, porque «havia seguros que permitiam não só pagar aos mesmos como também a reconstrução da unidade fabril».

Mas o que se passou a partir daí?

A empresa intervencionada «Pablos» colocou as suas instalações ao serviço da CORTACOR, para que esta pudesse satisfazer compromissos anteriormente assumidos, mas apesar de assim alguns trabalhadores poderem manter-se activos, a maior parte deles ficou na situação de desocupados, ganhando um vencimento equiparado a 60 por cento dos salários praticados na altura do incêndio (o que equivalia a 3.000\$00 mensais).

Ora, era esta situação que agradava aos empresários, porque recebiam das Companhias de Seguros 80 por cento e pagavam apenas 60 por cento aos trabalhadores, ficando os restantes 20 por cento na posse da administração, em vez de serem distribuídos pela Previdência, F. de Desemprego, I. Profissional, Sindicatos, etc. Não obstante tudo isto ainda

foram conseguir na Secretaria de Estado e Emprego um subsídio na ordem dos 50 por cento, que contudo não foram aplicados onde deviam, porquanto reconstrução da fábrica pouco ou nada avançou até final de 1975.

Actualmente, e já lá vão cerca de 18 meses, ainda a parte de construção civil está muito longe de ser concluída. De salientar que muito depressa se verifica por parte da administração grande interesse em receber as indemnizações devidas pelas companhias seguradoras. Realmente, por volta de Novembro 75, já haviam recebido cerca de 60.000 contos, sem que uma parede tivesse sido reerguida, o que, muito justamente, levou os trabalhadores a levantarem o problema para o perigo de não se efectuando a reconstrução, perderem os seus postos de trabalho.

Com a concessão do subsídio oficial, a administração comprometeu-se a que, no prazo de 6 meses a contar dessa data tinha a empresa a funcionar, e «a situação estaria normalizada». Só que o prazo se esgotou com a única consequência de novo requerimento por parte da administração pedindo a prorrogação daquele subsídio por mais 6 meses, o que deu lugar a um office da Secretaria de Estado e Emprego solicitando ao responsável pelo centro da direcção de emprego do Barreiro melhores informações sobre a situação da CORTACOR.

Entretanto, um dos sócios abandona a empresa levando consigo a quantia de 10.500 contos, tendo um outro retirado da contabilidade dois cheques em branco explicando que se destinavam ao seu sócio, a fim de lhe pagar os suprimentos devidos pela CORTACOR; porém até hoje, desconhece-se qual a sua importância. E a condizer com esta

altura deixou de se pagar o devido aos trabalhadores.

Estes para além de não receberem, têm sido «aconselhados» pela entidade patronal a despedirem-se, sob o argumento de não haver dinheiro. Têm além disso recebido cartas da administração nas quais se afirma que não há dinheiro nem tão pouco trabalho e que os trabalhadores «têm de se ausentar por tempo indeterminado, até sabe Deus quando».

Tem-se ainda verificado a venda de máquinas (as mais importantes da empresa), de produtos de cortiça acabados, desperdícios, produtos semiacabados, etc., a baixo preço e, noutros casos, pagando-se apenas 50 por cento do seu valor. Por seu lado, as matérias primas, já pagas pela CORTACOR, têm sido carregadas para a fábrica do ex-sócio, desconhecendo-se qualquer tipo de transacção oficial destas operações. Matéria de índole fraudolenta pode ainda constatar-se nas operações de reparação das máquinas atingidas pelo incêndio que, estando a ser feitas numa empresa cujo dono é íntimo amigo dos administradores da CORTACOR, tem atingido 80 por cento a 90 por cento do seu valor.

Este, portanto um processo que o PODER POPULAR não poderia deixar de denunciar. Trata-se de mais um caso de desrespeito absoluto pelo direito ao trabalho que a Constituição consagra, e a que urge pôr cobro. Não pode ser impunemente que, mediante uma acção que cai no âmbito criminal, se lancem mais de 400 trabalhadores para o desemprego, para daí melhores lucros e maiores proveitos se tirarem. E que os operários não podem estar à mercê de quem, não se contentando em os explorar, ainda por cima lhes quer roubar o pão!

ISOLAR O FASCISMO NAS FORÇAS ARMADAS

A. AVANÇO DO FASCISMO E PAPEL DAS FORÇAS MODERADAS

Após a derrota do movimento popular pelo golpe reaccionário do 25 de Novembro, que veio a infligir uma pesada quebra — principalmente na componente militar revolucionária nas F.A., o campo de luta popular nestas vê-se privado, desorganizado e incapaz de sustentar a ofensiva reaccionária que após o golpe vem actuando cada vez com maior intensidade.

O ano de 1976 caracterizou-se pela ofensiva reaccionária preocupada em impor a «reestruturação das F.A.», reestruturação esta que implica a nível internacional a total sujeição à N.A.T.O. e a nível interno à reestruturação destas numa força capaz de ser o suporte necessário à classe dominante de levar a cabo a recuperação capitalista.

Podemos dizer que estes são os dois grandes objectivos que têm movido as forças reaccionárias do nosso País. Sem umas Forças Armadas capazes de actuar nos momentos em que a classe dominante exige para impor a recuperação do seu domínio não se dará.

Se ao cabo de mais de um ano após o golpe reaccionário do 25 de Novembro a burguesia não conseguiu ainda destruir as conquistas que o povo trabalhador alcançou ao longo do processo revolucionário, deve-se não só à capacidade de resistência deste como às enormes forças acumuladas durante o processo e torna por outro bem expressivas as contradições internas em que a burguesia hoje se debate e da incapacidade de qualquer facção de impôr e hegemonizar as outras facções.

É notório que numa situação de crise como esta, que após o 25 de Abril — apesar de com fases distintas — nem a burguesia nem o imperialismo têm sido capazes de impôr o seu programa, é às F.A., como seu suporte último, que recorrem para que possam assumir e obrigar repressivamente uma recuperação que urge para as suas necessidades.

Se é certo que ao nível do aparelho repressivo de Estado as forças militarizadas, G.N.R. e P.S.P., se mantiveram quase inalteráveis no processo do 25 de Abril e que hoje se encontram «prontas a actuar» como destacamento de choque da política de recuperação (veja-se o caso de intervenção em manifestações e na Reforma Agrária) estas não conseguiram assumir até ao fim a repressão se as F.A. não se encontrarem perfeitamente «operacionais» como força de reserva desta política. Os exemplos ao longo do processo revolucionário de umas forças militarizadas que se mantiveram praticamente intactas do ponto de vista interno e ao mesmo tempo inoperantes demonstra bem estas experiências.

Num processo deste tipo, em que a recuperação capitalista não pode ser feita «pacificamente», em que a Constituição consagra grande parte das conquistas do nosso povo e se torna portanto insuficiente como instrumento dos interesses do grande capital financeiro, agrícola e do imperialismo, é natural que ao nível do poder político-militar as únicas forças que oferecem garantias do ponto de vista da defesa consequente destes interesses serão que ser forças anticonstitucionais e golpistas (a nível político legal: C.D.S. e P.P.D.;

militar: Kaulza, Bettencourt Rodrigues e toda a ala fascizante nas F.A.).

A impossibilidade nesta conjuntura, das forças de direita reaccionárias e fascizantes jogarem já num plano abertamente anticonstitucional, obrigam-nos a manterem redes clandestinas, dentro e fora das F.A. (E.L.P., M.D.L.P. e rede bombista) capazes de criarem condições objectivas e subjectivas para a sua actuação legal. Assim se explica que estas ainda sejam obrigadas a colar a forças moderadas (Nove, eanistas, etc.) para determinados ataques parciais contra certas conquistas do movimento popular (ataques à Reforma Agrária, Carta Aberta, etc.).

AS FORÇAS MODERADAS

Se até ao 25 de Novembro a direita conseguiu construir um bloco contra-revolucionário em que aliança com as forças moderadas (melantunistas, Nove, etc.) assentava numa estratégia bem definida (liquidação da componente militar revolucionária, contra o «anarco-pulvismo», a «ditadura gonalvista», etc.) que levou ao golpe militar naquela data, hoje esta aliança torna-se simplesmente pontual em determinadas situações, tendo internamente estas forças «moderadas» assentado as suas próprias contradições devido ao avanço das forças reaccionárias e fascistas.

Para uma melhor definição e clarificação desta componente «moderada» nas F.A. podemos dizer que esta assenta num compromisso da defesa da ordem instituída (Constituição) — forças que têm a sua expressão desde Eanes a

Melo Antunes — dividindo-se, de uma forma simplista em duas linhas bem distintas: os constitucionais de direita (Eanes, Firmino Miguel) e os constitucionais de esquerda (melantunistas).

Os primeiros correspondem à ilusão de manter uma Constituição e uma legalidade com umas F.A. «bem disciplinadas», «apolíticas» e à margem do poder político (projecto que vem desde Spínola); os segundos, provenientes de um 25 de Abril antilegal e desobediência à própria hierarquia têm uma perspectiva bem diferente já que acham necessário preservar determinados órgãos de legalidade «revolucionária» (Conselho da Revolução) e com estes à testa do poder político-militar — se têm possíveis determinandos «altamentos legais que obrigam eles a cor que tiverem, a marcharem ao «ritmo gradual e pacífico» que estes desejariam para a Revolução.

Destruída ou abalada a componente revolucionária nas F.A. e parcialmente a base social onde esta assentava (os numerosos efectivos de soldados, marinheiros e milicianos) e ao mesmo tempo a grande força de reserva que esta componente era para o povo trabalhador protegendo-o na retaguarda no avanço das suas conquistas, é natural que destruindo parcialmente este «inimigo», a direita passa a assentar a sua artilharia sobre as forças moderadas já que após o 25 de Novembro estas ocupam bastantes lugares estratégicos no aparelho político-militar e que constituem sempre um obstáculo real ao desenvolvimento da sua própria estratégia (restabelecimento da cadeia única de comando, repressão ao povo trabalhador, submissão aos interesses imperialistas).

Se por um lado era claro que no período que antecede o 25 de Novembro, o confronto militar nos aparecia como inevitável, já que estavam em oposição blocos sociais movimentados por objectivos antagónicos — a Revolução e a contra-revolução, isto é, não estavam já em causa vitórias parciais mas sim questões de poder — o que o P.C. não compreendeu, quando caiu no erro de desenvolver uma luta tipo corporativo nos paras — é evidente que o confronto que hoje opõe os «Nove» aos reaccionários e fascistas tem cariz bem diferente e poderá, caso a esquerda não actue correctamente, jogar em favor destes pacificamente.

TÁCTICA DA DIREITA MILITAR

A direita civil e militar tem sido bem clara na táctica que vem desenhando mesmo antes do 25 de Novembro.

Tendo como estratégia a recuperação do poder político-militar perdido no 25 de Abril, tem desenvolvido habitualmente uma táctica paciente, «da periferia para o centro» a todos os níveis.

Partindo dos locais onde a situação lhe é favorável e fortalecendo-os pouco a pouco (Norte para Sul) e isolando as zonas onde a situação lhe é adversa (Reforma Agrária, etc.) pode-se dizer que estes objectivos apesar de lentamente, têm sido conseguidos. A medida que o centro (objectivo) se aproxima, a direita faz jogar a sua periferia como um verda-

deiro «poder paralelo», impondo já soluções negociadas às forças moderadas no poder político-militar (veja-se o caso da rede bombista, do ataque à Reforma Agrária, das exigências da C.A.P., da C.I.P., etc.).

Subjacente a esta táctica legal (veja-se a importância dada pelo C.D.S. e P.P.D. às eleições para as autarquias) existe a táctica terrorista-bombista. Se à primeira vista tudo leva a crer que o terrorismo-bombista levaria ao descredito da própria direita, tal não acontece. A direita pretende mostrar, ou digamos, fazer jogar a instabilidade e o desejo de ordem nas populações onde ainda não controla contrastando com a «segurança» e a «ordem» das zonas onde domina. Tudo isto não constitui qualquer originalidade de práticas fascistas e fascizantes. São medidas que se encontram há muito tempo estabelecidas em directivas da N.A.T.O. e da C.I.A. para queda de Governos e instalação de regimes autoritários que correspondam consequentemente aos interesses do imperialismo.



FRELIMO:

III CONGRESSO Congresso da Vitória

O M.E.S. saúda calorosa e fraternalmente a FRELIMO por ocasião do seu III Congresso que marca mais um passo importante na luta contra o Capitalismo, contra o Imperialismo, na construção do Socialismo através da consolidação do Internacionalismo Proletário.

O nosso Partido saúda a FRELIMO, Partido internacionalista que «durante a luta de libertação nacional soube compreender que a dominação colonial era apenas um aspecto particular da dominação imperialista sobre os povos. O povo soube compreender a natureza internacional do imperialismo e a necessidade vital de união e coordenação dos esforços dos trabalhadores de todo o mundo para o sucesso da luta anti-imperialista». O nosso Partido saúda a FRELIMO que faz de Moçambique «uma base revolucionária segura para a luta de outros povos e classes oprimidas e reforçar continuamente a frente mundial anti-imperialista». Que se comprometa ainda a «consolidar e ampliar a ampla rede anti-imperialista como dever de todas as forças revolucionárias».

O nosso Partido saúda a FRELIMO, Partido da vanguarda nascido deste III Congresso, que terá — nas palavras do seu Presidente Samora Machel, «a missão histórica de dirigir, organizar, orientar e educar as massas transformando assim o Movimento Popular no instrumento poderoso de destruição do capitalismo e de edificação do Socialismo».

O Povo Português e o Povo Moçambicano unidos no mesmo combate sentem como sua mais esta vitória da consolidação do Internacionalismo Proletário.

O nosso Partido unido à FRELIMO pelo mesmo objectivo ou seja a construção nos nossos países do Socialismo lembra aqui como a FRELIMO para atingir os seus objectivos teve de «travar uma luta árdua, penosa complexa e prolongada contra as classes exploradas. Esta luta, a luta de classes, é uma luta em várias frentes com avanços e recuos, com vitórias e fracassos. Uma luta de vida ou de morte contra o inimigo de classe disposto a tudo».

Nesta luta os trabalhadores só saíram vitoriosos se estiverem unidos, organizados e conscientes dos seus objectivos.

Esta é a experiência do nosso povo. Esta é ainda a experiência histórica das lutas de classe e povos oprimidos do mundo».

Esta é a experiência da Frelimo e do Povo Moçambicano. Esta é também a nossa experiência e do Povo Português.

«Com o avanço da luta de libertação começaram a colar-se à Frelimo problemas de fundo que exigiam soluções concretas e imediatas. Esses problemas eram, em essência os do carácter do poder a instaurar nas zonas libertadas, da natureza do exército que pretendiam criar, do tipo de relações de produção a estabelecer, as questões da emancipação da mulher e do papel da mulher e da juventude na nova sociedade».

Foi portanto no decurso da luta e em consequência da análise feita sobre a sua evolução, que surgiu a consciência do exército que pretendiam criar do tipo de relações de produção a estabelecer, as questões da emancipação da mulher e do papel da mulher e da juventude na nova sociedade».

Foi portanto no decurso da luta e em consequência da análise feita sobre a sua evolução, que surgiu a consciência da necessidade de unir e organizar os elementos mais conscientes e dedicados à causa das classes trabalhadoras, armados da ideologia científica do proletariado e formar o Partido.

A conquista de Independência Nacional, a tomada do poder político à escala nacional pelas classes trabalhadoras fez ressaltar com maior nitidez a necessidade do Partido.

A criação do Partido surge como uma necessidade do desenvolvimento da revolução. No nosso país iniciamos o processo revolucionário sem dispor do Partido de vanguarda».

Hoje o povo moçambicano conquistou a sua Independência Nacional: «a conquista da independência nacional pelo povo moçambicano estendeu as fronteiras da liberdade em África até ao bastião imperialista e fascista na África Austral».

Hoje o povo moçambicano tem o seu partido de vanguarda proposto ao III Congresso nos seguintes termos: «O Comité Central propõe ao III Congresso a criação do Partido de vanguarda, partido marxista-leninista. Propõe também que, tendo em conta, o significado das nossas tradições históricas de luta, o partido se chame FRELIMO».

O nosso Partido saúda a FRELIMO que sob a direcção da classe operária reúne, numa aliança voluntária militante os operários, o campesinato, os soldados, os intelectuais revolucionários e outros trabalhadores forjados e temperados na luta contra a exploração do homem pelo homem pela vitória dos interesses populares».

«Um Partido revolucionário cujo objectivo é a destruição do sistema capitalista e a edificação de uma sociedade onde não haja exploração do homem pelo homem».

A FRELIMO define como objectivo central a consolidação continua da Independência Nacional, o alargamento e reforço da ordem democrática popular e a consolidação e desenvolvimento da economia nacional a fim de construir as bases políticas ideológicas, técnicas e materiais do Socialismo».

O MES trava o mesmo combate que nas palavras de Samora Machel é «um combate para a formação do homem novo para a formação da mentalidade nova».

Em Portugal como em Moçambique, o homem novo, o homem socialista é aquele que «trava vitoriosamente o combate interno, permanente, contra as ideias que transporta do passado, as ideias da sociedade capitalista. É aquele que assume na prática os valores novos, os valores revolucionários da classe operária, a sua moral, o seu comportamento, a sua disciplina. É aquele que, pela sua total dedicação aos interesses da maioria, mobiliza as massas pelo seu exemplo, pelo seu comportamento, pelos seus actos. Com este homem construiremos o socialismo».

Em Portugal como em Moçambique a luta continua!